

# Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita diz ter "planos A, B, C e até D" para elevar arrecadação ..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Projeto quer anular decisões do Carf por voto de qualidade ..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lei impõe novas obrigações para multinacionais ..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

A hora da reforma tributária ..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regra fiscal: Senado apressa votação ..... 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo tem de fazer valer sinal positivo da S&P, dizem analistas ..... 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bancada do agro contesta definição de alíquotas em reforma tributária ..... 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasileiro quer que reforma ajude a reduzir desigualdade, diz pesquisa ..... 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Período de cálculo da inflação vira impasse no arcabouço fiscal ..... 17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Equipe econômica espera retomar grau de investimento até 2026 ..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fluxo de recursos externos para o país cresceu nos últimos dias, diz Galípolo ..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária do consumo - OPINIÃO JURÍDICA ..... 22

O GLOBO - ON LINE - RJ  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco trava projeto da Câmara que blinda políticos, em mais uma divergência com Lira ..... 24

O GLOBO - ON LINE - RJ  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entenda os três pontos de impasse para a votação do arcabouço no Senado semana que vem ..... 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Mineração reclama da carga fiscal.....	28
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Petrobras reduz preço da gasolina às vésperas de aumento de tributo federal.....	29
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA "Não venham me dizer para viver de mesada".....	31
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA Cobrando 70% do PIB, serviços recuam.....	33
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA Galípolo inicia peregrinação no Senado por aval para o BC.....	34
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA Haddad diz buscar "entrosamento prévio" com Congresso para evitar mudanças no arcabouço .....	36
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA Melhora o ambiente de negócios - CELSO MING.....	38
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA Sob risco de mudança, arcabouço será avaliado na terça pelo Senado.....	39
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA Queda de 1,6% no setor de serviços não deve comprometer alta do PIB.....	40
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA Revisão da nota de crédito do Brasil emite sinal positivo (Editorial).....	41
O GLOBO - RJ - POLÍTICA ECONOMIA Bancos centrais dão sinais de alívio na economia mundial (Artigo).....	42

# Receita diz ter "planos A, B, C e até D" para elevar arrecadação

O secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, afirmou ontem a investidores que o governo federal tem "plano A, B, C e eventualmente D" para aumentar a arrecadação. Algumas das medidas que poderão ser adotadas não fazem parte do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024.

"De forma geral, o secretário está bastante convicto que será possível alcançar o forte aumento de arrecadação previsto", disse a corretora Tullett Prebon em relatório enviado aos clientes. "Assim, disse que ministério tem "plano A, B, C e eventualmente D" pra aumentar arrecadação, atacando os jabutis, como já têm feito", afirmou a Tullett Prebon.

A equipe econômica, liderada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vem anunciando uma série de medidas arrecadatórias para viabilizar as metas de resultado primário atreladas ao novo arcabouço fiscal. A promessa é zerar o déficit do governo central em 2024 e ter superávit de 0,5% e 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2025 e 2026, respectivamente.

Parte dessa estratégia, a lei que prevê as novas formas de cálculo do preço de transferência foi sancionada e publicada no "Diário Oficial da União" de ontem. Segundo o secretário da **Receita Federal**, a norma vai gerar uma arrecadação adicional de R\$ 25 bilhões por ano.

O preço de transferência é o nome dado à forma de apuração de parte do lucro das multinacionais para fins de pagamento do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Entre as novidades da nova lei, estão os ativos intangíveis - normalmente remunerados por royalties -, que passarão a ser incluídos nas regras.

Ao mesmo tempo em que fechou "brechas" à sonegação, a nova lei alinhou as regras brasileiras ao padrão internacional. Dessa forma, vai reduzir os custos de funcionamento das empresas multinacionais e melhorar a atratividade do Brasil como destino de investimentos, disse ao Valor a secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres.

A legislação fora de padrão vinha afetando a atuação de grupos com sede nos Estados Unidos. Desde janeiro de 2022, o Tesouro daquele país deixou de

permitir que as matrizes deduzissem os **impostos** pagos no Brasil. Assim, agravou-se o problema da dupla tributação.

A mudança no cálculo do preço de transferência é resultado de uma medida provisória editada no fim do ano passado, ainda sob a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, mas que angariou o apoio do governo Lula pelo seu potencial de arrecadação.

A Instituição Fiscal Independente (IFI)-órgão de monitoramento da política fiscal ligado ao Senado - calcula que o governo precisará aumentar suas receitas em R\$ 104 bilhões para conseguir zerar o déficit primário no ano que vem. As medidas que vêm sendo anunciadas pelo governo, calcula a IFI, têm potencial para aumentar a receita em torno de R\$ 90,7 bilhões, porém são de "materialização incerta", na avaliação do órgão.

É o caso, por exemplo, da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a respeito da tributação de incentivos concedidos via Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Barreirinhas garantiu, segundo o relato da corretora, que a decisão terá realmente impacto fiscal anual de R\$ 90 bilhões. A IFI calcula que a decisão aumenta a arrecadação do governo federal em apenas R\$ 7,1 bilhões.

O Valor apurou, no entanto, que a Receita classifica na verdade os R\$ 90 bilhões como um prejuízo com abatimentos de benefícios que não mais se concretizará. "Com a decisão do STJ, [a curva de abatimentos] será interrompida."

Também ontem, ao participar de uma comissão na Câmara dos Deputados, Barreirinhas informou que pretende colocar em consulta pública em breve o regimento dos programas de conformidade "Confia" e "Sintonia". O primeiro será destinado a grandes contribuintes, e o segundo, aos demais.

Ele disse que o objetivo é diferenciar os bons contribuintes, ou seja, aqueles que pagam seus **tributos**, daqueles que, de propósito, não pagam e buscam alternativas administrativas e judiciais. "Ideia é destacar os bons contribuintes, que são a grande maioria, 80%, 90%, nada mais justo do que eu separar isso."

Já sobre o plano de conformidade para aos ecommerces estrangeiros, o secretário disse que deve sair "em breve", sem cravar data. Ele explicou que o instrumento "independe" das alíquotas que serão aplicadas quando um consumidor comprar um produto.

O Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda chegou a uma alíquota consenso de 17% de ICMS. Já a alíquota federal é, via de regra, de 60%. Porém, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já sinalizou à imprensa a intenção de mudar esse percentual, estabelecendo uma alíquota de transição.

"Ideia é destacar os bons contribuintes, que são a grande maioria, 80%, 90%" Robinson Barreirinhas

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187576>

# Projeto quer anular decisões do Carf por voto de qualidade

**Beatriz Olivon e Raphael Di Cunto De Brasília**

Representantes dos contribuintes estão tentando costurar uma solução para os julgamentos realizados no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** durante a vigência da Medida Provisória (MP) 1.160, de 2023. A MP trouxe de volta o voto de qualidade, desempate favorável à Fazenda, mas não foi convertida em lei-acabou substituída por um projeto de lei, com o mesmo texto, submetido em maio ao Congresso Nacional.

A Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) apresentou ontem um projeto de decreto legislativo (PDL) que anula os julgamentos realizados durante a vigência da MP e que tiveram resultados favoráveis à União no desempate.

Autor do PDL, o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA) afirmou que conversará com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na próxima semana para tentar pautar a proposta em plenário, o que exigiria a aprovação de requerimento de urgência.

Outra alternativa é convencer o deputado Beto Pereira (PSDB-MS), relator do projeto de lei do **Carf**, que substituiu a MP, a incorporar a sugestão ao parecer. "Isso agilizará logo a discussão e é até bom para o governo porque quem perdeu nesses 120 dias pelo voto de qualidade certamente vai judicializar a questão e demorar mais para pagar", disse.

Passarinho é vice-presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo. Levantamento da equipe técnica do grupo aponta que ocorreram 150 julgamentos no **Carf** durante o período de validade da MP, em processos que, somados, envolveram cerca de R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões.

Para a FPE, a MP e o projeto que trata do retorno do voto de qualidade geram insegurança jurídica, aumentam o contencioso tributário e diminuem os investimentos. No projeto, a entidade considera que a coexistência de tratamentos diversos a contribuintes em situações equiparáveis, imposta por "norma precária" e contrária ao posicionamento manifestado em 2020 pelo Congresso Nacional, representaria "grave violação" à isonomia e à segurança jurídica.

Caio Cesar Nader Quintella, sócio do Ogawa,

Lizzerotti Baraldi Advogados e ex-conselheiro do **Carf**, entende que a proposta atende o dever constitucional do Legislativo de, em caso de perda de vigência de MP, estabelecer como ficarão as relações jurídicas constituídas durante sua vigência.

De acordo com Renato Silveira, sócio do Machado Associados, pelo projeto, os processos administrativos deverão ser reincluídos em pauta e julgados novamente. "A anulação também se aplica aos autos de infração julgados na vigência da MP 1.160/2023 e cujos processos administrativos já estão definitivamente encerrados. Na hipótese de já existir discussão no Judiciário, a ação deverá ser extinta sem análise do mérito e sem condenação em verbas de sucumbência", afirmou.

Segundo o advogado, não há justificativa razoável para aplicação de regras distintas no contencioso administrativo em um curto espaço de tempo. Ainda segundo Silveira, a medida pode evitar ações judiciais propostas por contribuintes para a anulação dos julgamentos administrativos realizados na vigência da MP nº 1.160, de 2023.

Procurado, o Ministério da Fazenda não deu retorno até o fechamento da edição.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187576>

# Lei impõe novas obrigações para multinacionais

**Bárbara Pombo De Brasília**

A partir de janeiro de 2024, as multinacionais passam a ser obrigadas a aplicar novas regras de preço de transferência fixadas pela Lei nº 14.596, que foi publicada ontem. Aguardada pelo mercado, ela é fruto da conversão da Medida Provisória (MP) nº 1.152, editada no fim do ano passado.

Além de alinhar as regras brasileiras ao padrão internacional da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), especialistas apontam que, com as mudanças, evita-se a dupla tributação, no Brasil e no país estrangeiro.

O preço de transferência é como se chama a forma de apuração de parte do lucro das multinacionais para o pagamento do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Vale para as empresas que realizam transações no exterior com partes relacionadas, como coligadas, filiais ou sucursais.

É um conjunto de métodos criados pela **Receita Federal** para indicar o valor que uma empresa pode pagar por um bem ou serviço transferido por companhia vinculada a ela, instalada em outro país. O objetivo é evitar concorrência desleal e redução do pagamento de imposto no Brasil por meio de transferência de resultados para o exterior.

Segundo especialistas, a nova lei instituiu o regime de "arm's length", adotado nas principais economias do mundo, no qual preços de transferência seguem um padrão de mercado.

Por outro lado, dizem, a lei amplia o escopo de aplicação dos preços de transferência - não mais apenas para mercadorias e serviços, mas também para ativos intangíveis, como marcas, tecnologia e desenho industrial.

Leonardo Freitas de Moraes, especializado em tributação internacional e sócio do VBD Advogados, destaca que garantias em empréstimos e até operações societárias intragrupos passam a estar sujeitas à avaliação do preço de transferência.

"Uma empresa que compra uma participação de uma empresa do grupo deve apurar para ver se a

transferência está no valor de mercado. Gera preocupação porque a riqueza não foi externalizada. Só está passando o controle, tudo dentro de casa", afirma.

A aplicação das novas regras para este ano será opcional. "A maioria das grandes empresas já vem se dedicando ao estudo dos impactos, inclusive por demanda de suas controladoras estrangeiras. A questão em discussão é se vale a pena antecipar a aplicação para 2023", diz a advogada Ana Lucia Marra, sócia da área de tributação internacional do Machado Associados.

O prazo para decidir pela aplicação antecipada será curto, de acordo com a advogada. A decisão deve ser feita pelo contribuinte entre os dias 10 e 30 de setembro, segundo Instrução Normativa nº 2132, publicada pela **Receita Federal** em fevereiro - portanto, durante a vigência da MP.

O problema, diz a especialista, é que a lei é bastante genérica em diversos pontos. "Espera-se que outra instrução normativa da **Receita Federal** esclareça alguns aspectos da aplicação prática das novas regras", afirma. Procurada pelo Valor, a Receita não deu retorno até o fechamento da edição.

Um dos pontos ainda a ser esclarecido é sobre o método para cálculo do preço de transferência a ser aplicado, segundo o advogado Bernardo de Lacerda Souza Machado, do Villemor Amaral Advogados. Até então, o contribuinte podia escolher livremente entre os métodos previstos, que já tinha uma fórmula de cálculo individualizada para cada um deles. "Agora, os métodos são definidos de forma mais principiológica e não são previstas as margens de lucro a serem aplicadas", explica.

Pela nova lei, a escolha do método deve ser o mais apropriado para a operação. "O que pode ser questionado. Se você escolhe um método e a Receita entende que o mais apropriado para aquela transação é outro, pode gerar uma autuação fiscal", diz Machado, acrescentando que a regulamentação da norma é necessária para a determinação do método ser feita em bases mais objetivas.

Advogados ainda destacam, em uma economia cada vez mais digital, a importância de ativos intangíveis -

normalmente remunerados por royalties - serem incluídos nas regras de preços de transferência. A nova lei revoga as antigas regras de dedutibilidade de royalties para IRPJ e introduz novas. As diretrizes revogadas, afirma Ana Lucia, são baseadas em uma legislação da década de 1960.

"Por conta delas, as empresas usualmente têm contratos de licenciamento de marcas e patentes e assistência técnica alinhados aos limites de dedutibilidade que, agora, precisarão ser revistos para verificar se ainda fazem sentido e como esses ativos intangíveis devem se enquadrar nas novas regras de preços de transferência", diz.

Havia uma previsão, na medida provisória, que restringia a dedutibilidade do imposto de royalties pagos para beneficiários em paraíso fiscal ou tributação favorecida. "Não existe mais essa previsão na lei", aponta a advogada.

"A questão em discussão pelas grandes empresas é se vale a pena antecipar a aplicação das novas regras" Ana Lucia Marra

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187576>



# A hora da reforma tributária

**Fernanda Strickland**

A **reforma tributária** e seus efeitos na indústria estarão em debate no próximo dia 20, em evento promovido pelo Correio Braziliense e o Serviço Social da Indústria (Sesi). Entre as presenças confirmadas estão o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira ((PP-AL).

Segundo o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, que também participará do seminário, todos os estudos apontam que a indústria - assim como os demais setores da economia - será beneficiada pela reforma. "O evento será uma oportunidade para aprofundar o debate sobre o modelo de reforma proposto, esclarecer dúvidas e ouvir os pontos que preocupam o setor", disse.

Na última quarta-feira, Lira se reuniu com Appy, com o relator da reforma na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e com o deputado Baleia Rossi (MDB-SP), autor da proposta de emenda constitucional, para planejar como serão conduzidos os debates sobre o texto. A expectativa de Lira é de que a proposta seja votada na Câmara na primeira semana de julho.

Pela proposta, devem ser extintos cinco **tributos**: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), de âmbito federal; Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), estadual; e Imposto Sobre Serviços (ISS), de competência municipal.

Eles deverão ser englobados no novo Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS), de âmbito nacional e caráter dual, ou seja, uma parte gerida pela União e outra administrada por um órgão representativo dos estados e dos municípios. Além disso, haverá um Imposto Seletivo (IS), que incidirá sobre bens danosos à saúde ou ao meio ambiente.

Painéis e participantes

O Correio Debate contará com a mediação dos jornalistas Vicente Nunes e Denise Rothenburg, será aberto com uma exposição da indústria como motor do crescimento e composto por três painéis. O tema do primeiro painel é "como a **reforma tributária** pode

contribuir para a reindustrialização do Brasil".

Já o segundo vai falar sobre "emprego, renda e tributação na indústria".

O terceiro vai detalhar os desafios e as oportunidades no mercado de trabalho.

Entre os palestrantes, estarão Vagner Freitas de Moraes, presidente do Conselho Nacional do Sesi; o deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG); Andrea Macera, secretária de Competitividade e Política Regulatória do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; José Luiz Oreiro, economista e professor da Universidade de Brasília; Mário Sérgio, gerente executivo de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Wallace Moreira, secretário de Desenvolvimento Industrial do Mdic; Altair Garcia, analista do Dieese; e Sérgio Nobre, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O evento ocorrerá das 14h às 18h30 e poderá ser acompanhado presencialmente ou pelas redes sociais do Correio.

**Notícias Relacionadas:**

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE  
**Reforma tributária** e indústria é tema de evento do Correio e do Sesi

**Site:**

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/06/16/all.pdf>



# Regra fiscal: Senado apressa votação

**EDLA LULA, TAÍSA MEDEIROS**

O projeto de lei que estabelece novas regras fiscais, em substituição ao regime do teto de gastos, poderá ser votado na próxima terça-feira na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado e, se aprovado, seguir diretamente para votação no plenário da Casa. A informação foi dada ontem pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), após reunião com os líderes de partidos, da qual participaram também os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet.

"Nós esperamos que, na próxima terça-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos, possa ser apreciado o projeto. Apreciado na Comissão, nós vamos levar diretamente ao plenário, porque é muito importante o Senado aprovar rapidamente o arcabouço fiscal e cumprir essa etapa que é muito importante para o Brasil", afirmou Pacheco. Na avaliação dele, a tramitação "já surtiu bons efeitos na economia", assim como a iminência de uma **reforma tributária**.

A eventual aprovação no Senado, porém, não significará o fim da tramitação da proposta no Congresso. Isso porque o relator da proposta na CAE, senador Omar Aziz (PSD-AM) confirmou que pretende fazer modificações no texto aprovado pela Câmara. Com isso, a proposta terá que passar por nova avaliação dos deputados.

Cortes

Uma das modificações será no cálculo usado para a previsão de despesas públicas. A mudança pode impedir um corte de gastos de até R\$ 40 bilhões no Projeto de Lei Orçamentária (Ploa) de 2024.

O projeto de lei apresentado pelo governo previa a correção pela estimativa da **inflação** oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de janeiro a dezembro do ano de elaboração do Ploa. Na Câmara, houve o entendimento de que a projeção poderia ser superestimada, permitindo a previsão maior de gastos. Por isso, o relator, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), definiu como período a ser considerado os 12 meses terminados em junho. Dessa maneira, o Ploa, que precisa ser encaminhado ao Congresso em agosto, traria a **inflação** que realmente ocorreu, e não estimativas.

Mas os técnicos do ministério do Planejamento, que

neste momento elaboram o Ploa de 2024, detectaram que, por este cálculo, haveria uma "compressão fiscal" que provocaria cortes que variariam entre R\$ 32 bilhões e R\$ 40 bilhões.

Utilizando cruzamentos feitos pelo Instituto Fiscal Independente, do Senado, Omar Aziz chegou ao meio termo. Pela nova fórmula, o período a ser considerado passaria a ser de dezembro do ano anterior a novembro do ano de elaboração do orçamento.

A ministra Simone Tebet avaliou que esse seria "o melhor dos mundos" para o governo. Mas salientou que "essa é uma decisão política" que deve ser negociada entre o Senado e a Câmara. Outras mudanças serão a exclusão do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e do Fundo Constitucional do Distrito Federal das regras do arcabouço.

Após o encontro dos líderes partidários, o ministro Fernando Haddad defendeu um entendimento prévio entre as duas casas do Congresso para que a tramitação do projeto não sofra atrasos.

"Com qualquer mudança, (o texto) volta para a Câmara dos Deputados, o que significa dizer que é bom que haja um entendimento prévio para não haver surpresas", afirmou.

"Se, porventura, (o texto) voltar para a Câmara, queremos que isso seja visto como um gesto de aprimoramento com todo o cuidado, para que não se criem situações embaraçosas para nenhuma das duas Casas", completou o ministro, afirmando ainda que qualquer que seja a decisão do parlamento, será acatada pelo governo.

Aziz disse que solicitará aos senadores membros da CAE para que não peçam vistas do projeto - o que poderia atrasar a tramitação, uma vez que na quarta-feira (21/6) já está agendada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a sabatina do indicado ao Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin.

"Vou fazer um apelo aos colegas para que não se peça vistas na terça-feira. Terça-feira tem uma audiência pública antes, eu leio o relatório depois, e aí se ninguém pedir vistas nós votamos no mesmo dia. Na CAE, a gente vota à tarde, pede urgência e votamos no plenário", projetou.

Leia mais na página 13

**Notícias Relacionadas:**

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE  
Senado apressa a votação da nova regra fiscal

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/06/16/all.pdf>

# Governo tem de fazer valer sinal positivo da S&P, dizem analistas

**Douglas Gavras**

"Fim de ida ao calvário dos maus pagadores", "reação defasada" e "gols da equipe econômica". Para analistas consultados pela Folha, a revisão para "positiva" da perspectiva do Brasil pela agência de classificação de risco S P Global Rating na quarta-feira (14) deve ser vista como um bom sinal.

Eles ponderam, no entanto, que o Banco Central deveria sinalizar o início de redução dos juros para manter boas projeções de crescimento e que o governo precisa ainda entregar resultados fiscais concretos, caso o país queira seguir na trajetória de recuperar o grau de investimento.

A revisão da perspectiva da nota do Brasil foi comemorada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que atribuiu o resultado a medidas tomadas pela pasta e pelos demais Poderes -acrescentando que "faltava o Banco Central" contribuir para a queda dos juros básicos (hoje em 13,75%).

Sinais de maior crescimento e estabilidade na condução da política fiscal e monetária são fatores apontados pela S P O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, afirmou que o país poderá recuperar o grau de investimento em -2026.

Para Luiz Carlos Mendonça de Barros, a questão mais importante da revisão feita pela agência de risco é que ela marca uma mudança significativa para a classificação dos títulos brasileiros.

"Marca o fim de uma ida ao "calvário dos maus pagadores; que se iniciou com a profunda crise gerada por erros de política econômica cometidos ainda no segundo mandato do presidente Lula [2007-2010]."

Na avaliação de Mendonça de Barros, que também já foi presidente do BNDES e ministro das Comunicações, o clima em relação ao desempenho da economia mudou positivamente, mas há ponderações.

"Mudou, na questão da credibilidade do governo, mas não na questão de crescimento como mostrou hoje [quinta, 15], de maneira muito clara, o crescimento de setor de serviços anunciado pelo IBGE."

Segundo o gerente da PMS (Pesquisa Mensal de

Serviços), do IBGE, Rodrigo Lobo, os serviços prestados às famílias atingiram um aparente teto e não avançam.

O professor da UnB (Universidade de Brasília) José Luis Oreiro considera que as agências reagem de maneira defasada em comparação

ao mercado. Ao considerar o prêmio de risco, que caiu nos últimos meses, não há razão para desconfiar da capacidade de o país pagar seus compromissos externos, diz.

"Durante a transição para o governo Lula, os economistas liberais diziam que o Brasil ia entrar em um buraco negro, e isso não aconteceu. O que prova é que o diagnóstico feito por eles, que controlaram a política econômica desde o impeachment da [ex-presidente] Dilma Rousseff, vem de uma teoria errada."

Já para o economista-chefe da Warren Rena, Felipe Salto, a notícia é positiva e confirma a visão de que o lado fiscal estaria sendo bem cuidado por Haddad.

"O arcabouço não é a "última bolacha do pacote", mas nasceu em boas bases, com uma regra de gastos e compromisso com superávit primário a médio prazo. Isso é bom, e a S P está reconhecendo."

Salto pondera que a volta do Brasil ao grau de investimento depende da recuperação da economia, da retomada dos acordos comerciais, do controle da **inflação** e da redução do juro real -que poderá estimular investimentos- criam ambiente propício para um ciclo positivo.

"A gestão fiscal é o grande desafio. Após aprovar o arcabouço fiscal, não custa lembrar, ele terá de ser observado, e os gastos precisarão ser controlados. Não tem mágica. O desafio, no fundo, é ter uma política econômica equilibrada."

Salto, que já foi secretário de Fazenda do Estado de São Paulo e diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado, acrescenta que a virada de vento na economia, para uma perspectiva mais otimista, é embasada.

"Há motivos para otimismo, porque a economia está

numa boa trajetória. Com o fiscal equilibrado, os juros vão diminuir bastante, motivando o investimento. Caberá ao Estado reorganizar os gastos públicos. A Fazenda, sem dúvida, se destaca neste momento como uma área que está conseguindo marcar gols. O mercado vê isso e o resto do mundo também."

Economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale também vê como positiva a mudança de viés da agência de risco, que ele classifica como fruto de uma trajetória "minimamente equilibrada" nos últimos meses, após um começo "tortuoso".

"Houve entendimento da importância da questão fiscal, em que pese ela estar longe de ser solucionada. Há uma ideia de que Haddad conseguiu se desvencilhar do mau sinal que deu no começo do ano."

Vale não vê riscos na questão da meta de **inflação** ou algum obstáculo para a **reforma tributária**. "Isso não significa que tudo esteja certo. O governo precisa ainda entregar resultados fiscais concretos nos próximos anos e precisamos acompanhar como será o Banco Central após as mudanças que serão feitas."

Ele também diz acreditar que a volta do país ao grau de investimento deverá acontecer apenas em um outro governo, que faça ajustes que o presidente Lula tende a evitar.

Lula afirma que **PIB** pode crescer mais de 2,5% neste ano

O presidente afirmou nesta quinta (15) que a economia brasileira vai superar as estimativas do FMI, de alta de 0,9%. O mandatário afirmou que disse isso à diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva, no G20, no Japão. "Eu quero no final do ano provar para ela que ela estava errada com relação ao **PIB** brasileiro. Vamos crescer mais que 0,9%. Vamos crescer acima de 2%, 2,5%!"

Moody"s

S P

Aaa mais baixo risco de crédito Aa risco de crédito muito baixo

A baixo risco de crédito

Baa risco de crédito moderado

Ba grau especulativo.

Há risco de inadimplência mais elevado, particularmente por mudanças adversas nos negócios e na economia

B grau especulativo com elevado risco de crédito

Caa grau especulativo de baixo resultado, sujeito a risco de crédito muito elevado

Ca altamente especulativo, têm baixos resultados, com alguma perspectiva de recuperação do principal e juros

C a classificação mais baixa atribuída pela Moody"s, apresenta poucas perspectivas de recuperação

A Moody"s acrescenta modificadores 1, 2, e 3 a cada rating de Aa até Caa. O modificador 1 indica a posição mais alta na categoria, o 2, intermediária, e o 3, a posição mais baixa

AAA rating mais alto atribuído pela S P. Devedor tem capacidade extremamente forte para honrar seus compromissos financeiros

AA capacidade muito forte para honrar compromissos

A capacidade forte para honrar seus compromissos, mas é mais suscetível a efeitos adversos de mudanças na economia

BBB capacidade adequada para honrar compromissos, mas condições econômicas adversas podem levar a um enfraquecimento na capacidade de pagamento

BB primeiro grau de rating especulativo. Devedor é menos vulnerável no curto prazo do que os devedores com ratings mais baixos. No entanto, enfrenta grandes incertezas no momento e exposição a condições adversas poderiam levá-lo a uma capacidade inadequada para honrar compromissos

B atualmente tem capacidade para honrar seus compromissos financeiros, mas condições adversas de negócios, financeiras ou econômicas provavelmente prejudicariam a capacidade e a disposição de pagamento

CCC atualmente vulnerável e dependente de condições favoráveis para honrar seus compromissos financeiros

CC devedor está atualmente altamente vulnerável. A avaliação CC é utilizada quando o default ainda não ocorreu, porém a S P espera que seja praticamente certo

R devedor avaliado como R está sob supervisão regulatória em decorrência de sua condição financeira

**1558057242.1686884986-1980247189.1672582619**

SD e D devedor avaliado como SD (default seletivo) ou D está em default em uma ou mais de suas obrigações financeiras, incluindo obrigações financeiras avaliadas ou não. O rating "D" também será usado quando a Standard Poor's acredita que o default será geral e que o devedor não conseguirá pagar todas, ou quase todas, as suas obrigações no vencimento

Fitch

AAA mais alta qualidade de crédito, considerado improvável que seja afetada por eventos previsíveis

A A expectativa muito baixa de risco de inadimplência, não é significativamente vulnerável a eventos previsíveis

A qualidade de crédito alta e baixa expectativa de risco de inadimplência. Pode ser mais vulnerável a alterações nos negócios ou na economia

BBB boa qualidade de crédito. No momento, existe baixa expectativa de risco de inadimplência, mas mudanças no cenário podem limitar capacidade de pagamento

BB Primeiro rating especulativo. Há risco de inadimplência mais elevado, no entanto, há alternativas para honrar compromissos

B altamente especulativo. Há significativo risco de inadimplência. Os compromissos estão sendo honrados

CCC risco de crédito substancial. Chance de inadimplência é real

CC risco de crédito muito alto. Alguma inadimplência é provável

C risco de crédito excepcionalmente alto. A inadimplência é iminente

RD inadimplência restrita. Emissor está inadimplente no pagamento de uma dívida

D inadimplência. Emissor entrou com pedido de recuperação judicial ou encerrou suas atividades

Os ratings de AA a CCC podem ser modificados pela adição de um sinal de mais (+) ou de menos (-) para mostrar a posição relativa dentro das principais categorias de rating

**Site:**

**[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50309&anchor=6478804&maxTouch=0&\\_ga=2.58679146](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50309&anchor=6478804&maxTouch=0&_ga=2.58679146)**

# Bancada do agro contesta definição de alíquotas em reforma tributária

**MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA**

Um novo tema ameaça travar as discussões em torno da **reforma tributária** no Congresso, e o debate desta vez envolve a bancada do agronegócio. As diretrizes para a mudança dos **impostos** apresentadas na semana passada por grupo de trabalho na Câmara preveem que o agronegócio seja tratado de forma diferenciada, mas distinguindo produtores rurais - com acesso a uma alíquota mais baixa de tributação - das empresas que atuam na agroindústria.

Durante as negociações do grupo de trabalho da reforma, houve debate sobre a aplicação do termo exato que seria empregado no relatório com as diretrizes para a proposta de **reforma tributária**, relatada na Câmara pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

A discussão foi em torno de usar o termo "cadeia rural" ou "produção rural". Prevaleceu, por fim, a segunda opção. Segundo parlamentares integrantes do grupo, trata-se de uma sinalização de que apenas o produtor deve merecer o tratamento diferenciado, e não a agroindústria.

"Vamos tratar (de forma diferenciada) o produto in natura. Mas, se ele for modificado, não", disse ao Estadão o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do grupo de trabalho.

A decisão, porém, não é consenso e pode se transformar em mais um ponto de atrito com a bancada no Congresso do agronegócio, onde há fortes resistências à **reforma tributária**.

Isso porque boa parte dos pequenos agricultores e dos produtores familiares que fornecem para cooperativas ou agroindústrias, quando recolhem **impostos** que incidem sobre o consumo (ISS, ICMS, PIS ou Cofins), o fazem pelo modelo de crédito presumido - benefício tributário que permite, na prática, a redução do valor a ser pago. Esse crédito é usado para quitar outros **tributos** ou pode ser ressarcido em dinheiro.

Com a implantação do IVA (Imposto sobre Valor Agregado), como proposto na reforma, não haverá mais a figura do crédito presumido. O produtor será taxado por uma alíquota a ser definida na negociação política da proposta. Como compensação, esse

imposto passará a gerar créditos para os elos seguintes da cadeia.

A alíquota, segundo indicado pelo grupo de trabalho, deverá ser inferior à cobrada dos demais bens e serviços, mas apenas para quem é produtor. "A gente tem de ter cautela para não colocar a agroindústria (no regime diferenciado), porque a indústria já terá o benefício próprio dela da não cumulatividade plena", afirmou o deputado Mauro Benevides (PDT-CE), que integrou o grupo de trabalho.

**REAÇÃO.**

O relatório do grupo de trabalho da Câmara prevê a não cumulatividade plena, ou seja, o imposto pago em todos os gastos que contribuam para a atividade econômica do contribuinte dará direito a crédito, independentemente se ligados à função administrativa ou à atividade fim da empresa. Isso garantiria a neutralidade quanto à carga fiscal de todos os contribuintes.

Integrante do grupo de trabalho destacado para defender os interesses da Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA), o deputado Newton Cardoso Jr.

(MDB-MG) questiona a separação defendida pelos colegas.

"Querem limitar o tratamento diferenciado ao produtor porque a indústria vai ter o benefício da não cumulatividade.

Não necessariamente", criticou ele. "É preciso saber se a não cumulatividade vai cobrir a atual cumulatividade do crédito presumido." O presidente da FPA, deputado Pedro Lupion (União Brasil- PR), não quer tomar uma posição antes do texto definitivo do relator. Mas ele vê com ceticismo a diferenciação entre os dois segmentos. "O produtor que engorda o frango para os frigoríficos é produtor ou indústria? Hoje, ele é um prestador de serviços", afirmou Lupion.

O setor de carnes, que poderia ser atingido pela diferenciação, afirma não ver risco para a sua operação, uma vez que produtos como frango e ovos deverão ser atendidos pelo tratamento diferenciado a produtos da cesta básica.

## Proposta

O que está em discussão no Congresso Nacional

## Modelo em vigor

Boa parte dos pequenos agricultores e dos produtores familiares que fornecem para cooperativas ou agroindústrias, quando recolhem **impostos** que incidem sobre o consumo, o faz pelo modelo de crédito presumido

## Mudança

Com a implantação do IVA, não haverá mais a figura do crédito presumido

## Alíquota

O produtor será taxado por uma alíquota a ser definida na negociação da reforma

## Diferença

Relatório de grupo de trabalho da Câmara diferencia produtores rurais - com acesso a uma alíquota mais baixa - das empresas da agroindústria

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# Brasileiro quer que reforma ajude a reduzir desigualdade, diz pesquisa

**LUIZ GUILHERME GERBELLI**

O brasileiro quer uma **reforma tributária** que contribua para reduzir a desigualdade socioeconômica do País, eleve o imposto sobre os mais ricos e não aumente a carga de **impostos**, revela uma pesquisa realizada pelo Instituto Ideia e antecipada ao Estadão.

Conforme o levantamento, 56% dos entrevistados dizem que a reforma deve contribuir para reduzir as desigualdades no País. Apenas 6% discordam.

Segundo o levantamento, a maioria da população se interessa pela discussão da reforma, embora nem todos os entrevistados tenham um conhecimento profundo sobre o tema: 36% dos entrevistados não tomaram conhecimento sobre a reforma, mas gostariam de saber mais; 32% acompanham a discussão e se interessam pelo assunto; 18% não tomaram conhecimento e não acompanham o assunto; 14% tomaram conhecimento, mas não se interessam pela reforma.

"Mesmo com os esforços realizados de fazer com que esse debate se torne o mais acessível possível, a gente vê que eles ainda são insuficientes", diz Maria Angélica dos Santos, pesquisadora e professora adjunta de Direito na Universidade Federal de Viçosa (UFV).

O levantamento foi realizado em 15 e 16 de maio, com 1.581 pessoas, em todas as regiões do País. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos.

Para 52%, tributação deve recair mais sobre luxo

A maioria dos brasileiros consultados pelo Instituto Ideia - 52% - espera que a tributação no Brasil pese menos sobre o consumo de bens de primeira necessidade e mais sobre itens que evidenciem riquezas, como helicópteros e mansões, ou sobre grandes fortunas.

Um dos pontos recomendados pelo grupo de trabalho da Câmara sobre a **reforma tributária** é a adoção de um sistema de cashback, que é a devolução de parte de **impostos** para famílias de baixa renda.

"Muitos defensores que vêm discutindo essa reforma

têm dito que um dos instrumentos de simplificação seria uniformizar as alíquotas. Só que essa estratégia comprometeria muito a qualidade de vida dessas pessoas que consomem itens básicos de sobrevivência.

Para essas pessoas, é importante ter alíquotas diferenciadas", diz Maria Angélica dos Santos, pesquisadora e professora adjunta de Direito na Universidade Federal de Viçosa.

A pesquisa também mostra que 44% dos entrevistados não concordam com uma reforma que não diminua a elevada carga tributária do País. Outros 26% concordariam desde que houvesse melhores condições nos serviços públicos.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Período de cálculo da inflação vira impasse no arcabouço fiscal

**Manoel Ventura e Renan Monteiro**

Prioridade do governo Luiz Inácio Lula da Silva no Congresso Nacional neste momento, o formato final do arcabouço fiscal no Senado ainda não está fechado, e há um impasse para avançar. A maior dúvida gira em torno da forma como será calculada a **inflação** de referência para ajustar os limites de despesas da nova regra para controlar as contas públicas. Os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet, reuniram-se ontem com lideranças do Senado para discutir o projeto.

Tebet defende que o relator da proposta no Senado, Omar Aziz (PSD-AM), altere a fórmula de cálculo do IPCA que vai corrigir o limite de despesas -além desse índice, será colocado um percentual de aumento real dos gastos de acordo com o comportamento da arrecadação, limitado a 2,5% de ganho acima da **inflação** por ano.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem dado sinais de que prefere a fórmula aprovada pela Casa. Já Haddad não tem se manifestado sobre isso.

O ministro da Fazenda reiterou, tanto na reunião privada quanto na declaração à imprensa, que seria melhor não haver "grandes alterações" e que tudo seja negociado com a Câmara.

Mudanças no texto pelo Senado implicam uma nova análise pelos deputados.

Após a reunião, Haddad se reuniu por cerca de uma hora com Lira. Os dois estão alinhados em diversas propostas econômicas.

- Qualquer mudança, volta para a Câmara dos Deputados, o que significa dizer que é bom que haja um entrosamento prévio para que não tenhamos surpresas, uma vez que estamos fazendo tudo em comum acordo, com quórum para lá de expressivo - disse Haddad, após a reunião com os senadores. - Estamos tentando fazer esse entendimento para que não haja grandes alterações.

Haddad quer evitar que a discussão se arraste e avance sobre o calendário da **reforma tributária**, que Lira pretende votar na primeira semana de julho. Aziz, por sua vez, prevê votar o arcabouço na semana que

vem no Senado, com eventuais mudanças sendo avaliadas no mesmo dia na Câmara. Isso depende de acordo entre as duas Casas.

## NOVOS CÁLCULOS

As conversas entre Aziz e Lira, porém, não têm resultado em acordos para a análise de projeto. O relator do arcabouço na Câmara, Cláudio Cajado (PP-BA), ainda não foi procurado para tratar do assunto. Lira tem pedido, por exemplo, cálculos sobre as mudanças que Aziz quer fazer.

O texto aprovado na Câmara mudou o marco temporal do cálculo da **inflação** para 12 meses até junho do ano anterior ao Orçamento.

Por outro lado, permitiu que a diferença entre esse valor e a **inflação** calculada no ano fechado se transforme em despesas a partir de janeiro.

Há uma tendência, neste ano, de a **inflação** do segundo semestre ser maior, o que permitiria mais gastos em 2024. Essa despesa maior, porém, só vai ser incorporada no começo do ano.

O problema, na visão do Ministério do Planejamento, é com isso a proposta orçamentária de 2024, a ser apresentada em 31 de agosto, teria de prever um corte de R\$ 30 bilhões a R\$ 40 bilhões.

Mesmo que esse valor seja recuperado em janeiro, politicamente é considerado delicado apresentar um Orçamento com cortes.

O arcabouço também prevê um segundo momento de suplementação do Orçamento em 2024. Isso dependeria, porém, do aumento da arrecadação no ano que vem.

- Esclarecemos para a classe política que, temporariamente, ao ficar o IPCA da forma do veio da Câmara, nós precisaríamos já mudar no PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual), no Orçamento que virá até 31 agosto, uma compressão de espaço fiscal, com despesas de R\$ 32 bilhões a R\$ 40 bilhões, a depender dos cálculos que forem feitos - disse Tebet.

Aziz também confirmou que, no texto que apresentará,

vai retirar o Fundeb (fundo de financiamento da educação básica) e o Fundo Constitucional do Distrito Federal (que banca parte das despesas da capital) dos limites do arcabouço. Essas despesas foram inseridas no arcabouço pela Câmara. Os deputados terão a palavra final sobre o projeto.

-Vou manter o que o governo mandou originalmente.

Meu relatório vem com a retirada dos dois. Essa questão de tirar dinheiro do Estado para custeio de pessoas é uma questão com a qual não se brinca. Em relação ao Fundeb, ele (Lira) quer ver os números (de impacto no Orçamento) -disse Aziz.

Na reunião, Haddad argumentou que a manutenção do Fundeb e do Fundo do DF nos limites do arcabouço não vai acarretar perda de receita para nenhum deles.

Segundo o ministro, apenas mudanças na Constituição, que rege o Fundeb, e na lei ordinária que criou o Fundo do DF poderiam tirar dinheiro dos fundos.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), disse, após a reunião, que a regra fiscal deve ser votada na próxima semana.

O prazo estipulado é dia 20, na terça-feira: - Esperamos que na próxima semana, na terça-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos possa ser apreciado o projeto. Apreciado na comissão, vamos levar diretamente ao plenário.

É muito importante que o Senado aprove rapidamente o arcabouço fiscal - afirmou Pacheco.

"Vou manter o que o governo mandou originalmente. Meu relatório vem com a retirada dos dois (Fundeb e\_o Fundo do DF)"

Omar Aziz, senador (PSD-AM) que é o relator do projeto do arcabouço no Senado

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Equipe econômica espera retomar grau de investimento até 2026

**Manoel Ventura e Vitor da Costa**

Com a melhora de perspectiva da nota brasileira pela agência de classificação de risco S P Global Ratings, do grupo Standard Poor"s, na quarta-feira, a equipe econômica espera recuperar o grau de investimento até 2026, último ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, esse cenário é tecnicamente viável e possível, mas será preciso que o governo mantenha o rumo da política econômica.

A S P mudou a perspectiva do rating brasileiro de estável para positiva, mantendo a nota BB-, ainda grau especulativo.

Analistas ressaltam que há um longo caminho para o país retomar o grau de investimento, que representa um selo de bom pagador, perdido em 2015.

Um ponto importante é prosseguir com reformas como a tributária, para melhorar a dinâmica de crescimento do país.

-Tecnicamente é factível recuperar o grau de investimento até 2026, se nós tomarmos as medidas na direção correta e continuarmos nesse caminho que estamos percorrendo. Essa mudança de perspectiva agora mostra que estamos no caminho correto e é, sim, possível recuperar o grau de investimento - disse ao GLOBO o secretário do Tesouro.

Em abril de 2008, o Brasil ganhou um inédito grau de investimento, conferido pela própria S P. A decisão foi seguida pelas outras duas grandes agências: Fitch, no mês seguinte, e Moody"s, em setembro de 2009. Mas, com a deterioração do cenário fiscal, o país perdeu essa nota entre 2015 e 2016.

- Em seis meses (de governo), conseguimos o primeiro passo, que é fundamental, e no fim do ano terá o outro passo, e assim sucessivamente.

Até chegar a reconquistar o grau de investimento - disse Ceron.

## ATENÇÃO À DÍVIDA

Mas, segundo o estrategista- chefe da RB Investimentos, Gustavo Cruz, obter o grau de

investimentos ainda deve levar tempo: - Parece que não vai ser nos próximos quatro anos.

Teríamos que falar em uma reforma administrativa, rever benefícios fiscais, desonerações.

O ministro (da Fazenda, Fernando) Haddad até toca nesses temas, mas ele sozinho não vai conseguir modificar esses pontos nos próximos anos.

Cruz, ressalta, porém, que o país vai avançar alguns degraus na escala de rating (veja o quadro abaixo) nos próximos anos. Para que isso ocorra, ele destaca fatores como a aprovação da **reforma tributária**, o cumprimento do arcabouço fiscal e a manutenção dos marcos legais aprovados nos governos anteriores.

-Para voltar a ter grau de investimentos, deveríamos ter uma trajetória de dívida mais controlada, e não é isso que o arcabouço fiscal nos proporciona. Ele proporciona um cenário para que não tenhamos uma dívida explodindo -disse Cruz.

Já a economista-chefe da CM Capital, Carla Argenta, avalia que é possível, embora difícil, que o grau seja retomado até 2026. Ela destaca que a mudança na perspectiva indica que o país está no caminho certo: - Não vai ser um caminho fácil. Uma das menções feitas é justamente a forma de tramitação das propostas no Legislativo, e sabemos que isso tem sido uma pedra no sapato para o Executivo.

A forma do jogo político entre os poderes Executivo e Legislativo mudou muito em relação à época quando atingimos o grau de investimento.

Hoje, as tramitações são muito mais demoradas.

Carla ressaltou a **reforma tributária** como "fundamental", pois potencializa o crescimento: - Precisamos também de algum nível de melhora em termos de dinâmica de crescimento.

O novo conjunto de regras que abarca arcabouço fiscal, independência do Banco Central e **reforma tributária** precisa gerar uma situação macroeconômica que fomente o crescimento e provoque uma dinâmica melhor das contas públicas.

"TRABALHO CONTÍNUO"

Em seu relatório, a S P afirma que poderá subir a nota de crédito do Brasil nos próximos dois anos se as instituições governamentais forem capazes de implementar políticas econômicas "pragmáticas", que preparem o cenário para um melhor crescimento do **PIB**.

"A chave para isso seria a aprovação de reformas adicionais -entre elas uma **reforma tributária** atualmente em debate", afirmou a agência.

- A decisão da S P não foi tomada com base em movimentos conjunturais, mas com diretrizes estruturais, que, independentemente do período do ciclo econômico, tendem a se manter inalteradas, ou pouco alteradas, e trazer clareza sobre os passos futuros do país no que concerne à esfera econômica -ressaltou Carla, da CM Capital.

Ela lembra que a perspectiva positiva já foi retirada do Brasil antes: -É necessário um trabalho contínuo, com resultados positivos no curto prazo, principalmente no que concerne à evolução das contas públicas, para que isso não volte a acontecer.

No mercado, a decisão da S P alimentou o otimismo pela manhã, mas perdeu fôlego no fim do dia. O dólar comercial fechou praticamente estável, em leve queda de 0,09%, a R\$ 4,8022, após atingir a mínima de R\$ 4,7953.

Já o Ibovespa, principal índice da B3, avançou 0,13%, aos 119.221 pontos. As ações da Petrobras, que anunciou corte nos preços dos combustíveis, impediram uma alta maior.

Petrobras ON caiu 1,48%, a R\$ 33,19, e PN cedeu 2,36%, a R\$ 29,39.

-A leitura do mercado é que há uma defasagem de preços. Quando há um novo corte, os temores de intervenção acabam sendo maiores -afirmou Cruz, da RB Investimentos.

Decisão.

Melhora na perspectiva da nota brasileira pela S P levanta debate sobre a possibilidade de recuperar o grau de investimento, perdido em 2015

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Fluxo de recursos externos para o país cresceu nos últimos dias, diz Galípolo

**Lu Aiko Otta e Estevão Taiar De Brasília (Colaboraram Matheus Prado e Álvaro Campos, de São Paulo)**

O ingresso de recursos estrangeiros no Brasil se intensificou nos últimos dias, disse ontem ao Valor o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo. Dados da B3 também mostram que, antes mesmo da melhora da perspectiva de rating do Brasil anunciada pela S P, a entrada de recursos já vinha se intensificando.

Nas últimas sexta-feira, segunda e terça foram registrados três dos quatro maiores ingressos líquidos diários desde o começo do ano no segmento secundário (ações listadas) à vista. Os ingressos foram de US\$ 1,82 bilhão, US\$ 1,63 bilhão e US\$ 1,61 bilhão, respectivamente.

Na quarta-feira, foi a vez de a agência de classificação de risco S P elevar a perspectiva do rating "BB-" do país de "estável" para "positiva" - primeiro movimento positivo da nota de crédito brasileira desde 2019. Como justificativa, a S P citou principalmente sinais de "maior certeza sobre políticas fiscais e monetárias", o que poderia dar maior apoio ao crescimento econômico.

Segundo o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, a entrada de recursos reflete não apenas o progresso das medidas adotadas pelo governo federal, a exemplo da proposta do novo arcabouço fiscal e da **reforma tributária**. Mas também a posição do Brasil como um "caso de eleição" de investimentos, pelo fato de não estar em área de conflito geopolítico, ter boa posição na agenda da transição energética e não possuir problemas relacionados à dívida externa. Galípolo destacou, por exemplo, que o país tem aproximadamente US\$ 350 bilhões em reservas internacionais.

Há ainda outros fatores que explicam o maior fluxo de moeda estrangeira para o Brasil, de acordo com ele. Um exemplo são as perspectivas de valorização do câmbio e de redução da taxa de juros, o que pode se traduzir em um maior "efeito riqueza" medido em moeda nacional no futuro.

Galípolo foi indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a diretoria de política monetária do Banco Central (BC). Ele ainda precisa ter, no entanto,

o seu nome aprovado pelo Senado. A sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) está marcada para o próximo dia 27.

Com isso, o secretário-executivo da Fazenda ainda não participa da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) marcada para a semana que vem. Atualmente, a Selic está em 13,75% ao ano. Entre as atribuições da diretoria de política monetária do BC, está a gestão das reservas internacionais.

## Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Fluxo de recursos externos para o país cresceu nos últimos dias, diz Galípolo

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187576>



# A reforma tributária do consumo - OPINIÃO JURÍDICA

**Gustavo Nygaard é sócio na área de tributário de TozziniFreire Advogados**

Quando se diz que o sistema tributário brasileiro é um manicômio, não se trata de figura de w Assim como nos antigos hospícios, cuja operação envolvia condições humanas degradantes, tratamentos ineficazes, reclusão forçada e sofrimento, sem que se atingisse melhora ou cura dos pacientes, temos um sistema tributário que é causa de sofrimento e ineficaz.

O sistema tributário que construímos nos enreda em complexidades, iniquidades e disputas sem fim, não cumprindo a função de fornecer recursos ao Estado, de um lado, e garantir isonomia, progressividade e distribuição da carga de acordo com a capacidade contributiva, de outro. É imperioso alterar o modelo, o núcleo estrutural desse sistema. Precisamos fechar os hospícios e iniciar uma nova forma de tratamento. Não é uma tarefa fácil e de rápida execução. Mas é preciso que seja iniciada.

O sistema atual, estruturado na Emenda Constitucional nº 18, de 1965 (depois, na CF de 1967 e, finalmente, na CF de 1988), vem sendo testado há décadas e se revelando um verdadeiro caos.

No âmbito da tributação da circulação e consumo estão inúmeras razões para esse resultado desastroso, mas três pilares se destacam: a tripla competência legislativa (União, Estados e municípios produzem leis regrando a tributação do consumo); a competência definida por fatos econômicos com conceitos imprecisos ou que variam ao longo do tempo (receita, produtos, mercadorias e serviços); e a multiplicidade de sistemas, incidências, formas, onerações e desonerações (pautas fiscais, tributação monofásica, substituição tributária, não cumulatividade, classificação fiscal, alíquotas fixas, reduções de base e de alíquotas, isenções, créditos presumidos etc).

O Relatório do Grupo de Trabalho da **Reforma Tributária** da Câmara dos Deputados, divulgado no dia 6 deste mês, contém diretrizes que visam eliminar os três pilares do manicômio. É proposto um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual - denominado Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sendo um federal e outro estadual/municipal-incidente sobre toda a circulação econômica, de bases amplas. O IBS terá

uma estrutura constitucional uniforme (contribuintes, fato gerador, base de cálculo, regimes fiscais favorecidos, estrutura das alíquotas, sistemática não cumulativa com amplo direito de crédito do imposto incidente na aquisição de bens e serviços tributados), impedindo a diversidade e criatividade legislativas, e os regimes tributários especiais serão limitados e constitucionalmente definidos (para atividades econômicas que não têm aptidão para uma apuração fiscal mediante encontro de créditos e débitos).

A aprovação da emenda constitucional da **reforma tributária** representa apenas o início da caminhada até a total implantação de um novo sistema de tributação da circulação e consumo de bens no país. Muita coisa, depois, ainda se precisará fazer.

A nova legislação terá que respeitar direitos preexistentes e dar-lhes efetividade (manutenção e possibilidade de realização dos saldos credores fiscais acumulados de PIS/Cofins e ICMS e a garantia de benefícios fiscais concedidos por prazo certo e sob condição e chancelados por lei complementar, por exemplo), assegurar a manutenção dos patamares de arrecadação dos entes federados, assegurar que a relação entre a carga tributária e o **PIB** se mantenha ou mesmo diminua, garantir regimes fiscais privilegiados previstos atualmente e que são fundamentais (ato cooperativo, micro e pequenas empresas, Zona Franca de Manaus) e ser eficiente e factível nas bem-vindas novidades (como o "cashback", sistema de devolução parcial do IBS conforme a renda da pessoa que adquira o bem ou o serviço).

O que não se pode deixar escapar mais uma vez é a oportunidade de encerrar um modelo que, seja por culpa dos legisladores, seja por culpa dos atores (Fiscos, empresas, bancos, trabalhadores), rematadamente não deu certo.

As infindáveis discussões sobre elementos essenciais do ICMS (sequer sabemos, depois de décadas, a configuração constitucional da não cumulatividade), a absurda complexidade da legislação do PIS/Cofins, o imposto sobre serviços e a aplicação de outra lei ao atravessara rua de um município para outro, e a incidência do IPI dependente da classificação fiscal de um produto numa tabela com milhares de itens são exemplos eloquentes e ilustram a urgência em iniciar



logo o encerramento desse ciclo falido.

O período de transição do modelo atual para um regime mais racional é, talvez, o maior desafio a ser enfrentado. Teremos durante cerca de cinco a sete anos a convivência entre o novo IBS dual e os velhos ICMS, ISS e PIS/Cofins. Esse período será desafiador, a complexidade do atual sistema conviverá com as naturais dúvidas e dificuldades de um novo modelo que estará sendo testado e implantado.

É certo que as dúvidas e receios que giram em torno da proposta de **reforma tributária** não se dissiparão facilmente. Sabe-se que não haverá tranquilidade e segurança absoluta. Alguns setores serão mais onerados e outros terão a carga tributária reduzida, haverá reacomodação no mercado e preços serão ajustados, para mais ou para menos. O caminho é longo e com percalços, mas deve ser percorrido.

Assim como a certeza de que hospícios não curam doentes, sendo necessário testar e implantar novas terapias e métodos, a única hipótese que não se pode admitir é manter vigente um dos piores sistemas tributários do mundo sabendo perfeitamente disso.

Gustavo Nygaard é sócio na área de tributário de TozziniFreire Advogados

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187576>

# Pacheco trava projeto da Câmara que blindava políticos, em mais uma divergência com Lira

*Por Lauriberto Pompeu, Renan Monteiro e Marlen Couto  
- Brasília e Rio de Janeiro*

Em mais uma lance da disputa velada entre Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o Senado deve engavetar o projeto que torna crime a discriminação de políticos e fragiliza controles das instituições financeiras, aprovado a jato pela Câmara dos Deputados. O roteiro é semelhante ao praticado pelos senadores em outros assuntos levados adiante por Lira e aliados, como o marco temporal das terras indígenas, a legalização dos jogos, a reforma do Imposto de Renda e a proposta que inocenta réus em caso de empate no julgamento de processos criminais (mais detalhes no pé desta reportagem) .

O texto avançou na Câmara por 252 votos a 163, turbinado pela grande adesão do PT e de siglas do Centrão - na ponta oposta, PSOL, PCdoB e deputados alinhados ao bolsonarismo tentaram barrar a iniciativa. Nesta quinta-feira, Pacheco deu o tom da resistência e indicou que o texto terá uma tramitação mais lenta na comparação com a Casa vizinha, passando por comissões. Nos bastidores, a declaração foi entendida como um sinal de que a proposta nem chegará a andar.

- Não sabia sequer da existência desse projeto, mas, obviamente, aprovado na Câmara e chegando ao Senado, nós vamos conhecer o texto e identificar por quais comissões ele deve passar - disse Pacheco, após reunião com líderes partidários.

No caso do marco temporal, aprovado na Câmara em regime de urgência, com amplo apoio dos deputados, Pacheco também indicou uma longa caminhada - nesta quinta, voltou ao tema e disse que não haverá "açodamento".

O ritmo com o qual o Senado encara pautas vistas como prioritárias pela Câmara gera irritação entre aliados de Lira, e o próprio presidente da Câmara já manifestou incômodo. No episódio das mudanças no Imposto de Renda, aprovadas em setembro de 2011, o deputado do PP reclamou que houve "quebra de acordo" na trava imposta por Pacheco, que retrucou e afirmou que o compromisso firmado era com a "sociedade".

Nesta quinta-feira, com a nova iniciativa endossada

pelos deputados, aliados do presidente do Senado subiram a gradação das críticas. O senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), vice-presidente da Casa, disse que o texto é "péssimo e não vai para a frente":

- Não tem sentido discutir uma matéria tão controversa da maneira que a Câmara se dispôs a fazê-lo. O comportamento do Senado é outro, muito mais comedido. Um tema dessa natureza pode até ser debatido, mas não ganhará da gente esse açodamento.

Segundo aliados de Pacheco, o projeto não é pertinente e o assunto deveria ser tratado de outra forma. Ele demonstrou estar mais aberto a discutir uma proposta sobre assédio ideológico, que não é focada em políticos com mandatos e cargos, e puniria quem praticasse constrangimentos públicos. Uma iniciativa do tipo chegou a ser apresentada pelo líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), no ano passado, mas foi retirada por ele. A ideia, no entanto, pode ser reapresentada para discutir o tema, em vez do texto aprovado pela Câmara.

O líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), também seguiu a tônica e afirmou que o texto está "fora do radar". O líder do PL, Carlos Portinho, afirmou que não é o momento de analisar o texto, enquanto o senador bolsonarista Jorge Seif (PL-SC) defendeu a rejeição da proposta.

O projeto estabelece como crime "negar a celebração ou a manutenção de contrato de abertura de conta corrente, concessão de crédito ou de outro serviço, a qualquer pessoa física ou jurídica, regularmente inscrita na **Receita Federal do Brasil**", em razão da condição de pessoa politicamente exposta ou de pessoa que esteja respondendo a investigação ou processo sem trânsito em julgado. A pena prevista é de dois a quatro anos de prisão, e multa. Pessoas politicamente expostas são políticos, juizes e outros detentores de altos cargos nos três Poderes.

Como revelou a colunista Malu Gaspar, do GLOBO, o texto, de autoria da deputada Dani Cunha (União-RJ), filha do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, abre brechas para a proteção até mesmo de potenciais "laranjas" de autoridades envolvidas em esquemas de lavagem de dinheiro.

O artigo 2º afirma que são alcançados, além de parentes até segundo grau, cônjuges e enteados, também os "estritos colaboradores" das pessoas politicamente expostas.

O gerente de pesquisa da Transparência Internacional, Guilherme France, ressaltou que a votação do projeto ocorre na esteira de retrocessos no combate à corrupção. Segundo ele, a proposta pode retirar a autonomia para que instituições avaliem operações financeiras de nomes ligados a pessoas politicamente expostas, como familiares e sócios, além de limitar controles de risco contra fraudes.

- Mesmo que uma pessoa esteja respondendo como réu em processo de lavagem de dinheiro, o banco não vai poder negar acesso ao serviço financeiro. Isso diminui a capacidade das instituições financeiras em reduzir riscos de operações.

Professor da Faculdade de Direito da USP, Eduardo Saad-Diniz também aponta que há dificuldade de interpretação a partir da redação que se deu ao tipo penal no projeto. Ele resalta ainda que as instituições adotam práticas de governança e compliance, independentemente de uma eventual lei, e que ser pessoa exposta politicamente é apenas um indicativo de reforço de controles.

- Ninguém sofre restrições de direitos pelas suas condições pessoais, mas sim por eventualmente haver deixado de cumprir determinada diligência ou esclarecer sobre operações suspeitas. Pior ainda, é difícil interpretar o que significa a conduta "negar" (acesso a contas e crédito). Você negou ou só pediu diligências de integridade e foram requisitados esclarecimentos? - analisa.

Deputados favoráveis ao projeto enfatizaram em discursos no plenário durante a votação a necessidade de rever restrições que afetam filhos e cônjuges de políticos.

- Hoje, ser parente até segundo grau de político enseja uma série de fatores que prejudicam a normalidade da vida do cidadão - afirmou Cláudio Cajado (PP-BA).

Em nota, Dani Cunha afirmou ser "falsa a narrativa sobre qualquer alteração em qualquer política de combate a corrupção ou de lavagem de dinheiro". (Colaboraram Julia Noia e Luã Marinatto)

Marco temporal

Aprovado com folga na Câmara, o projeto que estabelece que povos indígenas têm direito apenas às terras que já ocupavam ou disputavam em 5 de

outubro de 1988, data de promulgação da Constituição, teve o apoio de Arthur Lira, presidente da Câmara, que pautou a votação do requerimento de urgência para acelerar a tramitação da matéria. No Senado, Rodrigo Pacheco adiantou que a proposta avançará de forma mais lenta, passando por comissões antes de ir a plenário.

Legalização do jogo

Estacionado no Senado há mais de um ano, o projeto de lei que prevê a legalização dos jogos, como bingo, cassinos e jogo do bicho, foi aprovado na Câmara em votação apertada (246 a 202), após muita articulação de Arthur Lira. Um dos entusiastas da proposta, o presidente da Câmara negociou a votação da urgência da proposta, sobretudo com evangélicos, contrários aos PL, para que ela fosse levada direto a plenário. Na Casa vizinha, o projeto foi travado.

Reforma do Imposta de Renda

A reforma do IR, aprovada pela Câmara em 2021, era uma das prioridades do governo Bolsonaro, do qual Lira foi fiador. O acordo para que a proposta passasse pela Casa foi costurado pelo próprio parlamentar. Quando chegou ao Senado, Pacheco avaliou que a matéria deveria tramitar junto com a **reforma tributária**. O deputado cobrou posicionamento do Senado; Pacheco retrucou, afirmando que também aguardava projetos aprovados serem analisados pelos deputados.

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/06/pacheco-o-trava-projeto-da-camara-que-blinda-politicos-em-mais-uma-divergencia-com-lira.ghtml>

# Entenda os três pontos de impasse para a votação do arcabouço no Senado semana que vem

*Por Manoel Ventura e Renan Monteiro - Brasília*

Prioridade do governo Luiz Inácio Lula da Silva no Congresso Nacional neste momento, o formato final do arcabouço fiscal no Senado ainda não está fechado e há um impasse para avançar. A maior dúvida gira em torno da forma como será calculada a **inflação** de referência para ajustar os limites de despesas da nova regra para controlar as contas públicas. Os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet, reuniram-se ontem com lideranças do Senado para discutir o projeto.

Simone Tebet defende que o relator da proposta no Senado, Omar Aziz (PSD-AM), altere a fórmula de cálculo do IPCA que vai corrigir o limite de despesas - além desse índice, será colocado um percentual de aumento real dos gastos de acordo com o comportamento da arrecadação, limitado a 2,5% de ganho acima da **inflação** por ano.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem dado sinais de que prefere a fórmula aprovada pela Casa. Já Fernando Haddad não tem se manifestado sobre isso.

Haddad reiterou, tanto na reunião privada quanto na declaração à imprensa, que seria melhor não haver "grandes alterações" e que tudo seja negociado com a Câmara. Mudanças no texto pelo Senado obrigam uma nova análise pelos deputados. Após a reunião, o ministro se encontrou por cerca de uma hora com Lira. Os dois estão alinhados em diversas propostas econômicas.

- Qualquer mudança, volta para a Câmara dos Deputados, o que significa dizer que é bom que haja um entrosamento prévio para que não tenhamos surpresas, uma vez que estamos fazendo tudo em comum acordo, com quórum para lá de expressivo - disse Haddad, após a reunião com os senadores. - Estamos tentando fazer esse entendimento para que não haja grandes alterações.

Haddad quer evitar que a discussão se arraste e avance sobre o calendário da **reforma tributária**, que Lira pretende votar na primeira semana de julho. Aziz,

por sua vez, prevê votar o arcabouço na semana que vem no Senado e, eventuais mudanças, no mesmo dia na Câmara. Isso depende de um acordo entre as duas Casas.

As conversas entre Aziz e Lira, porém, não têm resultado em acordos para a análise de projeto. O relator do arcabouço na Câmara, Cláudio Cajado (PP-BA), ainda não foi procurado para tratar do assunto. Lira tem pedido, por exemplo, cálculos sobre as mudanças que Aziz quer fazer.

O texto aprovado na Câmara mudou o marco temporal do cálculo da **inflação** para 12 meses até junho do ano anterior ao Orçamento. Por outro lado, permitiu que a diferença entre esse valor e a **inflação** calculada no ano fechado vire despesas a partir de janeiro.

Há uma tendência neste ano de a **inflação** do segundo semestre ser maior, o que permitiria mais gastos em 2024. Essa despesa maior, porém, só vai ser incorporada no começo do ano.

O problema, na visão do Ministério do Planejamento, é que isso obrigaria que a proposta orçamentária de 2024, a ser apresentada no dia 31 de agosto, tenha um corte de R\$ 30 bilhões a R\$ 40 bilhões. Mesmo que esse valor seja recuperado em janeiro, politicamente é considerado delicado apresentar um orçamento com cortes.

O arcabouço também prevê um segundo momento de suplementação do Orçamento em 2024. Isso dependeria, porém, do aumento da arrecadação no ano que vem.

- Esclarecemos para a classe política que temporariamente, ao ficar o IPCA da forma do veio da Câmara, nós precisaríamos já mudar no PLOA (projeto de Lei Orçamentária Anual), no Orçamento que virá até 31 agosto, uma compressão de espaço fiscal, com despesas de R\$ 32 bilhões a 40 bilhões, a depender dos cálculos que forem feitos - disse Tebet.

Aziz também confirmou que, no texto que apresentará, vai retirar o Fundeb (Fundo de financiamento da

educação básica) e o Fundo Constitucional do Distrito Federal (que banca parte das despesas da capital) dos limites do arcabouço.

Essas despesas foram inseridas no arcabouço pela Câmara. Os deputados terão a palavra final sobre o projeto.

- Eu vou manter o que o governo mandou originalmente. O meu relatório vem com a retirada dos dois. Essa questão de tirar dinheiro do estado para custeio de pessoas é uma questão que não se brinca. Em relação ao Fundeb, ele (Lira) quer ver os números (de impacto no Orçamento) - disse Aziz.

Na reunião, Haddad argumentou que a manutenção do Fundeb e do Fundo do DF nos limites do arcabouço não vai acarretar perda de receitas para os dois fundos. Segundo o ministro, apenas mudanças na Constituição, que rege o Fundeb, e na lei ordinária que criou o Fundo do DF poderiam tirar dinheiro dos fundos.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse após a reunião que a regra fiscal deve ser votada na próxima semana. O prazo estipulado é dia 20, na terça-feira:

- Esperamos que na próxima semana, na terça-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos possa ser apreciado o projeto. Apreciado na Comissão, vamos levar diretamente ao plenário. É muito importante que o Senado aprove rapidamente o arcabouço fiscal.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/06/entenda-os-tres-pontos-de-impasse-para-a-votacao-do-arcabouco-no-senado-semana-que-vem.ghtml>**

# Mineração reclama da carga fiscal

**Raphael Pati\***

Com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que definiu a constitucionalidade da Taxa de Fiscalização dos Recursos Minerais (TFRM), os estados brasileiros passaram a aplicar uma alíquota sobre o imposto federal. Esse acréscimo de **tributos** tem gerado críticas do setor de mineração, que considera que há excesso de carga tributária sobre a atividade mineradora.

Em entrevista ao CB.Poder - programa do Correio, em parceria com a TV Brasília -, o diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Raul Jungmann, definiu essas alíquotas como "absolutamente absurdas".

"Em Mato Grosso, por exemplo, a alíquota colocada sobre essa taxa vai significar que o estado vai arrecadar mais do que o orçamento da Agência Nacional de Mineração (ANM)", criticou.

Jungmann acrescentou que diversos municípios seguiram o movimento dos estados e passaram a adotar suas próprias alíquotas.

Ele estima que, atualmente, 2.400 municípios do país obtêm receita por meio da atividade de mineração.

"Você já pensou se esses municípios todos, sem ter nenhum limite ou teto para alíquota, entram? O que vai acontecer é que você tem insegurança jurídica, você tem redução de investimento e perda de mercado em um momento que o Brasil está absolutamente pronto para explorar aquilo que o mundo deseja, que é fundamental para a crise climática", afirmou.

## Garimpo ilegal

Na entrevista, Jungmann enalteceu uma ferramenta desenvolvida pela Universidade de São Paulo (USP), com o apoio do WWF Brasil e do Instituto Igarapé, que permite identificar se o ouro é legal ou ilegal, de uma forma simples e barata, e pode ser utilizada por qualquer cidadão.

"Nós apoiamos esse trabalho, fomos ao Ministério dos Povos Indígenas, à ANM e ao Banco Central, que, inclusive, formou um grupo de trabalho conosco para ver como aproveitar isso", disse.

O executivo citou dado coletado pelo Instituto Escolhas revelando que, em 2021, mais da metade de

todo o ouro extraído e comercializado no Brasil teve origem ilegal. Estima-se que esse volume represente 53 toneladas, ou 51% de toda a produção do país. "Só no Pará temos 90 mil garimpeiros, tanto legais quanto ilegais. E há apenas 2.300 permissões de lavra garimpeira na ANM.

Faça as contas", frisou.

\*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

**Site:**

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/06/16/all.pdf>



# Petrobras reduz preço da gasolina às vésperas de aumento de tributo federal

**Nicola Pamplona**

Às vésperas do aumento dos **impostos** federais, a PETROBRAS anunciou, nesta quinta-feira (15), corte de R\$ 0,13 por litro no preço de venda da gasolina em suas refinarias. O produto já vinha sendo pressionado pela mudança do modelo de cobrança do ICMS.

Segundo a estatal, a partir desta sexta (16), o litro da gasolina em suas refinarias custará, em média, R\$ 2,66. É o menor valor desde fevereiro de 2021, considerando a correção pela **inflação**, e R\$ 1,50 abaixo do recorde de R\$ 4,16 atingido em junho de 2022.

Com a redução, a empresa estima que o preço de bomba possa cair a R\$ 5,33 por litro. Na semana passada, o valor médio cobrado nos postos do país era R\$ 5,42 por litro, R\$ 0,21 acima do verificado na semana anterior.

Em consequência da redução de preço, as ações preferenciais da PETROBRAS tiveram queda de 2,32% nesta quinta, para R\$ 29,40, enquanto as ordinárias caíram 1,18%, para R\$ 33,29. A Bolsa subiu 0,12%.

Foi o segundo corte nas refinarias em cerca de um mês -o anterior fora anunciado quando a empresa informou sua nova política de preços, no dia 16 de maio-, o que ajuda o governo a conter a pressão inflacionária que a alta de **impostos** traz sobre a gasolina.

Além do novo ICMS, que entrou em vigor em junho, o governo federal deve retomar integralmente a cobrança de **impostos** federais no início de julho. Esses **impostos** haviam sido zerados pelo então presidente Jair Bolsonaro e foram parcialmente reintroduzidos pelo governo Lula em março.

A alíquota integral de PIS/ Cofins sobre a gasolina é R\$ 0,22 por litro superior à atual. Com a retomada dos **impostos**, o governo espera obter um reforço de caixa de R\$ 22,3 bilhões.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, havia afirmado que a PETROBRAS reduziria o preço da gasolina para compensar a alta de **impostos**, mas voltou atrás após negativa da empresa em

**comunicado** à CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

O presidente da estatal, Jean Paul Prates, depois afirmou que mudanças nos preços dependeriam das condições do mercado nas semanas seguintes.

No **comunicado** desta quinta, a empresa diz que a decisão tem como objetivos "a manutenção da competitividade dos preços da companhia ante as principais alternativas de suprimento dos seus clientes e a participação de mercado necessária para a otimização dos ativos de refino".

Na avaliação de Amance Boutin, especialista em combustíveis da Argus, a decisão pelo corte se baseou no fortalecimento do real ante o dólar, já que as cotações internacionais do petróleo pouco variaram nas últimas semanas.

Ela entende ainda que a empresa tem que lidar com excedente de gasolina de sua principal concorrente no país, a refinaria de Mataripe, e com o início da safra de cana, que aumenta a oferta de etanol hidratado, que disputa mercado com a gasolina.

Os analistas do banco Goldman Sachs Bruno Amorim, João Frizo e Guilherme Costa Martins estimam que, mesmo com o corte, as margens de refino da PETROBRAS se mantêm em níveis saudáveis, embora abaixo dos picos registrados em 2022.

Segundo a Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis), o preço da gasolina nas refinarias da PETROBRAS estava R\$ 0,13 por litro abaixo da paridade de importação na abertura do mercado desta quinta.

A estatal abandonou esse conceito em sua nova política de preços e vem consistentemente praticando valores abaixo da paridade desde então. A diferença já foi maior do que a atual, chegando a R\$ 0,34 por litro em 29 de maio.

Embora tenha mantido a estratégia de estimar impacto no preço final, a PETROBRAS diz que "o valor efetivamente cobrado ao consumidor final no posto é afetado também por outros fatores como **impostos**, mistura de biocombustíveis e margens de lucro da distribuição e da revenda".



A alta nas bombas da semana passada foi a primeira após um curto período de queda provocado pelo corte do dia 17 de maio.

Entenda como a estatal passou a definir as cotações

Após a mudança em sua política de preços dos combustíveis, a PETROBRAS passou a observar uma faixa de valores que avalia, na parte de baixo, o custo de produção e a oportunidade de venda dos produtos, à paridade internacional de importação, na parte de cima.

Assim, a empresa continua acompanhando as cotações internacionais, mas não mais mirando o valor do produto importado, como o PPI (preço de paridade de importação) estabelecia desde sua implantação, em -2016.

A PETROBRAS defende que, além de não repassar ao consumidor custos relacionados à importação dos produtos, a nova estratégia comercial lhe dá maior flexibilidade para competir pelo mercado, tanto com importadores e refinarias privadas quanto com combustíveis concorrentes, como o etanol.

A linha de baixo da faixa de preços, que a empresa chama de custo marginal, é definida por meio de indicadores que consideram os custos e a capacidade de produção das refinarias, a demanda pelos produtos e sua competitividade frente a concorrentes e outros combustíveis.

Esse valor é estabelecido por um modelo matemático que a companhia usa há anos, mas não vinha sendo base para a prática de preços nos tempos do PPI.

Na linha de cima da faixa de preços está o próprio PPI, que é o valor de referência para o custo dos produtos importados -o país importa 10% de seu consumo de gasolina e um quarto do consumo de diesel.

Segundo essa estratégia, nos períodos de demanda mais aquecida e maior necessidade de importação, os preços dos combustíveis tendem a se aproximar do PPI. Do contrário, com demanda menor ou maior competição pelo mercado, tendem a convergir para o custo de oportunidade.

Em defesa contra críticas sobre falta de transparência, a nova gestão da empresa tem alegado que mercados privados não divulgam suas fórmulas de preços e que hoje a PETROBRAS não é mais a única fornecedora dos produtos.

A PETROBRAS não estabeleceu uma periodicidade para os reajustes e mantém a publicação de preços

únicos por ponto de entrega (refinarias, bases de distribuição ou portos), obrigação que tem com órgãos reguladores diante do elevado poder de mercado.

Mas a tendência, com nova estratégia comercial, é que pontos de entrega com maior competição, como a região Sudeste, tenham preços mais atrativos. Já aqueles com menor acesso a produtos de terceiros, como o Centro-Oeste, tendem a ter preços maiores.

Os reajustes continuam sendo definidos por um grupo formado pelo presidente da companhia, Jean Paul Prates, e pelos diretores responsáveis pela área financeira.

A PETROBRAS paga, nesta sexta (16), a segunda parcela dos dividendos de 2022, no valor total de aproximadamente R\$ 12,1 bilhões. O valor será corrigido pela taxa Selic de 31 de dezembro de 2022 a 16 de junho de 2023 e os acionistas receberão R\$ 0,92692932 por ação. Terão direito os investidores que tinham ações da PETROBRAS no dia 27 de abril de 2023. Sobre o valor correspondente à atualização monetária incidirá IR com a alíquota de 22,5%. Para os detentores de ADRs negociados na Nyse (Bolsa de York), o pagamento ocorrerá a partir do dia 23 de junho.

**Site:**

**[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50309&anchor=6478804&maxTouch=0&\\_ga=2.58679146.1558057242.1686884986-1980247189.1672582619](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50309&anchor=6478804&maxTouch=0&_ga=2.58679146.1558057242.1686884986-1980247189.1672582619)**

# "Não venham me dizer para viver de mesada"

**ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA**

ENTREVISTA: Ronaldo Caiado Médico, está no segundo mandato como governador; foi senador por dois mandatos e deputado federal por cinco

Governador de Goiás desde 2019, Ronaldo Caiado é um dos principais opositores da proposta de **reforma tributária** em tramitação na Câmara. Em entrevista ao Estadão, ele afirma que a proposta em discussão vai fazer com que os Estados percam autonomia sobre o seu tributo, o ICMS, e vivam de "mesada".

"Não venham me dizer, que fui eleito pelo voto, que eu viva de mesada. Não vou viver." Caiado, filiado ao União Brasil, cobra do secretário extraordinário de **reforma tributária**, Bernard Appy, e do relator na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que mostrem como será feita a compensação aos Estados, a distribuição de recursos e o aporte do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR).

Segundo ele, Goiás concede R\$ 14 bilhões de incentivo por ano, enquanto o governo quer fazer um fundo no valor total de R\$ 40 bilhões a R\$ 60 bilhões.

"Eu não tenho de ir para o caminho do abatedouro", diz.

O governador criticou o governo Lula por ter anunciado incentivo para a indústria automobilística.

A seguir, os principais trechos da entrevista: Qual é a sua avaliação sobre a discussão da **reforma tributária** no Congresso?

O que todos estamos vendo é um processo de total falta de clareza por parte do relator (Aguinaldo Ribeiro) e do Bernard Appy (secretário de **reforma tributária** do Ministério da Fazenda).

Fala-se que o problema é a carga tributária. Mas se faz uma **reforma tributária** que mexe numa base em que 64,8% de **impostos** são ICMS e ISS, enquanto existem 35,2% de **tributos** da União.

Existe um desnível muito grande.

Da União, só tem PIS/Cofins e IPI. O problema do Brasil não é mais a carga tributária. Passou a ser

tributar consumo.

Mas o que se pretende com a reforma é mudar a forma de tributação dos **impostos** indiretos sobre consumo...

Mas a reforma não vincula outras áreas de tributação. Não tem tributação de dividendos, não mexe na parte do sistema financeiro, não mexe na seguradora, na parte de patrimônio.

O sr. já era governador na legislatura passada e havia maior convergência nos Estados.

Agora, Estados como Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo estão apresentando resistências. O que mudou?

Não misture os canais. Nunca na vida eu vi uma **reforma tributária** em que, em nome dela, se coloca em risco a Federação.

Por que a reforma é prejudicial à Federação?

Meu Estado é um Estado em crescimento. Por que eu sou contra a reforma? Porque ela transforma uma concentração de poderes de um colegiado.

Não explica como é que vamos compensar as perdas e nem os programas de incentivos fiscais.

Não tem nenhum país do mundo que tenha crescido porque foi para o IVA.

Mas há estudos importantes que mostram o potencial de crescimento e produtividade da reforma...

Eu mandei fazer (estudos) nos países que têm IVA. O que está claro nessa reforma é que eles vão tributar exatamente a área de serviço em educação. Se em Goiás estou fazendo toda uma política voltada para educar os jovens, o cara vai dizer que, em nome da grande indústria brasileira, vamos penalizar educação, saúde, comércio, serviço, produtos da indústria alimentícia, farmacêuticos. Eles não sabem responder quem vai financiar o Fundo de Desenvolvimento Regional.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já não sinalizou apoio ao fundo?

Não. Até então, está pensando em participar com uma pequena parcela. Qual é a projeção do fundo? De 3% a 5% (do Imposto sobre Bens e Serviços, que unificaria ICMS e ISS). Isso vai gerar em torno de R\$ 40 bilhões a R\$ 60 bilhões. Só em Goiás, eu dou R\$ 14 bilhões por ano (de incentivos fiscais).

Quanto seria necessário de aporte para o fundo?

Eu não sei. Eu sei dizer do meu Estado. Se há uma previsão de R\$ 40 bilhões a R\$ 60 bilhões para o Brasil todo, e só em Goiás tem uma parcela de R\$ 14 bilhões, como é que os outros Estados ficarão? Quais são os critérios de distribuição para cada Estado, cada município?

Eu pergunto quem é esse iluminado que dá conta de prever o que pode ser repassado para 5.575 municípios e 27 Estados.

Qual é o risco?

É ter um maior número de judicialização de tudo. Na hora em que eu for perder uma empresa em Goiás, eu vou judicializar.

Se a base toda de tributação é sobre serviços, que é responsável por 84% da minha mão de obra em Goiás, na hora em que mexer aqui eu vou para o Supremo Tribunal Federal.

O sr. defende que a reforma comece pelo plano do exministro Paulo Guedes, com a Contribuição sobre Bens e Serviços, o IVA dos **tributos** do governo federal (PIS/Cofins e IPI)?

Lógico, pelo federal. Não são eles (governo federal) que têm a maior carga tributária do País?

Eu fui eleito com a meta de romper o ciclo da pobreza. Essa meta é a minha em Goiás. Não venham me dizer, que fui eleito pelo voto, que eu viva de mesada.

Não vou viver de mesada.

Por que o sr. acha que a reforma fará Goiás viver de mesada?

Todos os Estados da Federação vão receber mesada. Essa mesada vai ser contestada no Supremo. Vamos ver o maior nível de judicialização.

- "Todos os Estados da Federação vão receber mesada. Essa mesada vai ser contestada no Supremo. Vamos ver o maior nível de judicialização"

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Cobrindo 70% do PIB, serviços recuam

**RAFAELA GONÇALVES**

Puxado por uma queda no setor de transportes, o volume de serviços recuou 1,6% em abril na comparação com março, após acumular ganho de 2,1% entre fevereiro e março.

Os dados são da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quatro das cinco atividades pesquisadas apresentaram retração. Assim como em março, o setor de transporte foi a principal influência negativa, com um recuo de 4,4% no mês, devolvendo parte do ganho acumulado (7,5%) entre fevereiro e março.

"Vários segmentos do setor acabaram por gerar impacto negativo: gestão de portos e terminais; transporte rodoviário de cargas; rodoviário coletivo de passageiros; e transporte dutoviário.

Os demais recuos vieram dos serviços de informação e comunicação (-1%); dos profissionais, administrativos e complementares (-0,6%); e dos outros serviços (-1,1%).

"Nos profissionais, administrativos e complementares, destacam-se os serviços de engenharia, de apoio às atividades empresariais e de organização, promoção e gestão de feiras, congressos e convenções. Já os outros serviços foram pressionados pelos segmentos de serviços financeiros auxiliares e de corretoras de títulos e valores mobiliários", detalhou o gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo.

A única atividade em expansão do mês foi a de serviços prestados às famílias, que avançou 1,2%. "O ganho nesse mês vem tanto de alojamento e alimentação como de outros serviços prestados às famílias.

Dentro desse segmento, a parte de atividades teatrais, musicais e de espetáculos em geral teve maior influência", observou o gerente.

## Frustração

O resultado geral veio bem pior do que o esperado por analistas, após a forte recuperação do segmento com o fim do isolamento social após a pandemia. Com isso, o acumulado no ano ficou em 4,8% e o acumulado nos últimos 12 meses passou de 7,3%, em março, para

6,8% em abril, menor resultado desde agosto de 2021.

A economista-chefe da Veedha Investimentos, Camila Abdelmalack, lembrou que o setor tem grande representatividade no Produto Interno Bruto (**PIB**). "O setor tem peso de 70% no indicador. Essa queda é ruim, pois elimina parte do ganho acumulado entre fevereiro e março. Desde agosto do ano passado as projeções eram de enfraquecimento", disse.

Olhando à frente, o economista-chefe do Banco Original, Marco Caruso, acredita que não será um cenário fácil.

"Ainda temos juros altos, alto nível de endividamento das famílias, crédito encarecido, entre outros fatores que devem moderar a atividade econômica. No entanto, o que temos visto é essa moderação sendo jogada cada vez mais para frente, e constantes revisões de **inflação** para baixo e de **PIB** para cima, movimento típico de um choque de oferta", avaliou. (RG)

## Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/06/16/all.pdf>

# Galípolo inicia peregrinação no Senado por aval para o BC

*Idiana Tomazelli e João Gabriel*

Indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para ocupar uma cadeira na diretoria do Banco Central, Gabriel Galípolo dedicou parte dos últimos dias a uma peregrinação por jantares e gabinetes de senadores para atrair o apoio daqueles que precisam aprovar seu nome para o cargo.

Hoje secretário-executivo do Ministério da Fazenda, o economista não fez distinção entre colorações partidárias e incluiu em seu roteiro de conversas desde senadores da base do governo até membros do PL do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Galípolo já tinha uma inserção importante nas rodas políticas de Brasília, participando da negociação de medidas importantes como o novo arcabouço fiscal. Ele tem levado consigo Ailton Aquino, funcionário de carreira do BC que foi indicado para a segunda vaga disponível na direção da autarquia e nome menos conhecido entre os parlamentares.

Nos encontros, segundo relatos colhidos pela Folha, Galípolo tem demonstrado desenvoltura ao falar de temas áridos como inflação, juros e reservas internacionais -assuntos que pautam o dia a dia da autoridade monetária.

Em diferentes diálogos, o atual secretário detalhou os conceitos, traçou um panorama dos índices de preços e da taxa básica de juros (Selic), nos últimos anos e para o futuro. Também explicou de forma aprofundada como o Brasil constituiu suas reservas internacionais (hoje em US\$ 343,4 bilhões), tidas como um importante colchão de segurança contra choques externos.

A discussão sobre meta de inflação, monitorada de perto pelo mercado financeiro diante da possibilidade de mudança, passou ao largo dos debates com os senadores, segundo relatos. Nem o secretário nem o s senado res mencionaram o assunto nas conversas.

De acordo com interlocutores, Galípolo também tem buscado se ater aos temas do

BC, falando como um candidato à diretoria, embora seja hoje um agente de governo atuante nas medidas de maior envergadura até agora na gestão do ministro

Fernando Haddad (Fazenda).

Sobre a política fiscal, ele resume seu posicionamento à necessidade de "harmonização" entre ela e a política monetária -um discurso bastante entoadado por Haddad.

Segundo os relatos, apesar da boa dose de economês, Galípolo tem causado boa impressão nos senadores pela disposição ao diálogo e também pelo conhecimento técnico na área.

Aquino também foi elogiado por dois senadores ouvidos pela Folha e que disseram não conhecê-lo até o encontro.

Na terça (13) à noite, houve um jantar com presença de nomes tanto da base quanto da oposição, como o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido), Weverton (PDT-MA), Mecias de Jesus (Republicanos-RR) e Chico Rodrigues -que, apesar de ser do PSB de Roraima, foi vice-líder do governo Bolsonaro.

Ele e Aquino também se encontraram com a bancada do PT no Senado e com o senador Eduardo Gomes (PL-TO).

A dupla também acompanhou Haddad e Simone Tebet (Planejamento) na reunião de líderes com presença do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na manhã desta quinta-feira (15), agenda na qual os dois ministros se dedicaram a debater o novo arcabouço fiscal (leia abaixo).

"[A] política de juros precisa ser urgente mente revista. Obviamente precisávamos conversar mais e compreender o que estão imaginando [sobre esse tema] ", disse o senador Weverton.

Segundo o parlamentar, os dois disseram que estavam começando o périplo entre os senadores e que prevê que ambos sejam aprovados pela Casa. "Não tenho dúvida de que terão a ampla maioria dos votos necessários no Senado."

A indicação de Galípolo e Aquino precisa, primeiro, passar pela CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado. A sessão está prevista para o dia 27. Caso sejam aprovados, os nomes vão para o plenário.

Galípolo e Aquino repetem o que já é tradição no processo de indicação, com uma saga por gabinetes de parlamentares para convencê-los a votarem em seu favor.

A dupla busca confirmar suas vagas na direção do BC no momento em que a autarquia vem sendo alvo de ataques do governo pelo nível da taxa de juros.

O próprio Lula já trocou farpas publicamente com o presidente da instituição, Roberto Campos Neto, em mais de uma ocasião, e também especulou retirar a autonomia do banco, dando mais poder de interferência ao executivo.

Braço direito de Haddad, Galípolo é visto como um homem de confiança do governo para conseguir influenciar a direção do órgão nas decisões sobre o juros.

Até o fim do mandato de Campos Neto, em 2024, Lula ainda poderá indicar mais dois diretores e Galípolo, inclusive, é cotado para substituir o presidente do banco.

Não tenho dúvida de que terão a ampla maioria dos votos necessários no Senado

Weverton (PDT-MA) sobre as indicações de Gabriel Galípolo e Ailton Aquino para a diretoria do Banco Central

**Site:**

**[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50309&anchor=6478804&maxTouch=0&\\_ga=2.58679146.1558057242.1686884986-1980247189.1672582619](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50309&anchor=6478804&maxTouch=0&_ga=2.58679146.1558057242.1686884986-1980247189.1672582619)**



# Haddad diz buscar "entrosamento prévio" com Congresso para evitar mudanças no arcabouço

**Nahalia Garcia e João Gabriel**

Brasília O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou nesta quinta (15) que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está buscando um "entrosamento prévio" com o Congresso Nacional para evitar grandes alterações no texto final do arcabouço fiscal.

"Qualquer mudança, volta para a Câmara dos Deputados, o que significa dizer que é bom que haja um entrosamento prévio para que não tenhamos surpresas, uma vez que estamos fazendo tudo em comum acordo, com quórum para lá de expressivo", disse Haddad.

"Estamos tentando fazer esse entendimento para que não haja grandes alterações."

Nesta quinta, Haddad e a ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) se reuniram com os líderes do Senado para discutir potenciais mudanças no texto do arcabouço. Alexandre Padilha (Relações Institucionais) também esteve presente.

Haddad estava acompanhado do secretário-executivo da Fazenda, Gabriel Galípolo, e do secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron. Pelo Planejamento, participou também o secretário-executivo Gustavo Guimarães.

Segundo o titular da Fazenda, no encontro com os parlamentares não houve acordo sobre eventuais mudanças, mas um "um entendimento e um esclarecimento" das consequências de cada passo.

"Se porventura voltar para a Câmara, esperamos que isso seja visto como um gesto de aprimoramento. Assim que estamos construindo, com todo o cuidado para que não se criem questões embaraçosas para nenhuma das duas Casas."

Relator do arcabouço fiscal no Senado, Omar Aziz (PSD--AM) confirmou que no texto que apresentará à CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) irá retirar o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e o FCDF (Fundo Constitucional do Distrito Federal) do novo teto. A solução para o IPCA

(índice de **inflação**) de referência para reajustar o teto, contudo, ainda está em discussão.

Esses gastos foram incluídos sob o novo arcabouço pela Câmara, e a retirada deles retoma a proposta original do governo. Em caso de alteração no Senado, o texto deverá ser remetido de volta à Casa, que terá a palavra final sobre o projeto.

O senador afirmou que há divergência entre os estudos técnicos feitos pelo Senado e pela Câmara com relação ao impacto que o Fundeb e o Fundo Constitucional teriam se ficarem dentro da nova regra fiscal.

"Sobre a questão do Fundo Constitucional, a análise que a Câmara faz é de perda em dez anos de cerca de R\$ 1,7 bilhão [...] e no Senado nós temos um número um pouco maior do que isso", justificou ele sobre a necessidade de se retirar o instrumento do teto.

Com relação à correção pela **inflação**, Aziz disse que há diferentes possibilidades em debate. O texto da Câmara mudou o marco temporal para 12 meses até junho do ano anterior, pois o Ploa (proposta de Lei Orçamentária Anual) é enviado até 31 de agosto de cada ano, e os parâmetros são fechados ainda em julho -quando só há dados de **inflação** disponíveis até junho.

"A única coisa que o Ministério do Planejamento e Orçamento esclareceu para a classe política é que temporariamente ficar o IPCA da forma como veio da Câmara, precisaríamos já mudar, mandar na LOA, no Orçamento que virá até 31 de agosto, uma compressão de espaço fiscal com despesas de

R\$32bilhões a R\$40 bilhões, a depender dos cálculos que forem feitos", disse Tebet.

Na terça-feira (13), o secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Paulo Bijos, disse que a mudança feita pela Câmara levaria a um corte de até R\$ 40 bilhões em despesas de custeio e investimentos públicos na proposta de Orçamento de 2024, pois o governo contava com o uso da **inflação** de janeiro a

dezembro -que tende a ser maior do que a observada em 12 meses até junho.

"Deixamos claro que tem uma alternativa, dada inclusive pelo Senado, que seria o IPCA de dezembro a novembro e com isso não tem estimativa", disse Tebet. "Para nós, seria o melhor dos mundos, mas é uma decisão política."

Segundo ela, o importante é que o arcabouço "saia o mais rápido possível". Apesar das mais de 50 emendas apresentadas pelos parlamentares, Aziz espera que o relatório seja lido na CAE na terça (20) e diz que fará apelo aos senadores para que a proposta já seja votada naquele mesmo dia.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD - MG), confirmou nesta quinta que colocará o arcabouço em pauta no plenário na própria terça, caso ele seja aprovado pela CAE.

Como as eventuais mudanças farão com que o arcabouço fiscal volte à Câmara para nova apreciação, Aziz afirmou que já conversou com o presidente da Câmara. Arthur Lira (PP-AL), sobre as alterações. Segundo o relator, ele se mostrou sensível aos números apresentados pelos estudos do Senado e pode colocar em pauta novamente o tema para os deputados.

"Ele disse: "Olha, Omar, se tiver esses números que você está me dizendo, não tem problema nenhum", relatou Aziz, sobre os estudos do Fundo Constitucional.

O senado disse ainda que está tentando construir um texto "em comum acordo" com as duas Casas. "Estamos discutindo politicamente, só não quero que se entenda que a corda está sendo esticada entre Câmara e Senado."

Entenda em que situação está o arcabouço

#### O QUE HOVE ATÉ AGORA?

O arcabouço fiscal, nova legislação que estabelece qual será o ritmo de crescimento das despesas federais ano a ano, foi apresentado em 18 de abril pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva ao Congresso Nacional

A proposta foi aprovada em 23 de maio na Câmara e seguiu para o Senado

#### QUE MUDANÇAS

#### ESTÃO SENDO

#### DISCUTIDAS AGORA?

O relator da proposta no Senado, Ornar Aziz (PSD-AM), disse que irá proporá retirada

do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e do FCDF (Fundo Constitucional do Distrito Federal) do novo limite de gastos. Esses gastos foram incluídos sob o limite pela Câmara. Em caso de alteração no Senado, o texto deverá ser remetido de volta à Casa, que terá a palavra final sobre o projeto

Também está em discussão mudar o intervalo de referência do IPCA (índice de **inflação**) para reajustar as despesas, o que pode expandir os limites de gastos

#### Site:

[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50309&anchor=6478804&maxTouch=0&\\_ga=2.58679146.1558057242.1686884986-1980247189.1672582619](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50309&anchor=6478804&maxTouch=0&_ga=2.58679146.1558057242.1686884986-1980247189.1672582619)

# Melhora o ambiente de negócios - CELSO MING

## CELSO MING

Começa a aparecer uma certa melhora no ambiente de negócios no País.

As velhas esquerdas brasileiras e a ala fundamentalista do PT abominam esse tratamento porque, entendem elas, ambiente de negócios é "coisa de burguês". No entanto, esse tipo de astral, digamos assim, é determinante para o aumento dos investimentos e do emprego, porque quebra a retranca dos produtores.

Antes de apontar os sinais da mudança de corações e mentes, convém dizer que muito dessa melhora se deve à atuação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que sabe o que é preciso fazer para reerguer a economia e, mais que tudo, mantém diálogo fácil com o Congresso hostil. Em seis meses de governo, Haddad vem conquistando a confiança dos políticos e do mercado, embora nem sempre conte para isso com a companheirada mais radical de sua base aliada.

Nesta quarta-feira, uma das mais importantes agências mundiais de avaliação de risco, a S P, aumentou a nota do Brasil.

Ao cravar viés positivo, passou o recado de que as perspectivas são de melhora imediata.

A percepção é de que se reduziram os riscos de que a dívida saia do controle, graças aos avanços do arcabouço fiscal.

A queda do Credit Default Swap (CDS), o adicional sobre os juros dos Estados Unidos cobrado pelo investidor global para ficar com títulos do Brasil, também dá boa ideia de como vem evoluindo o entendimento sobre a economia brasileira (veja o gráfico).

A cotação do dólar em reais caiu 9% desde o início do ano, o que demonstra maior disponibilidade de moeda estrangeira na economia. Com o exuberante desempenho do agronegócio, aumentou a probabilidade de que o **PIB** deste ano avance para a casa dos 2%. A **inflação** em 12 meses, que atingiu o pico em abril de 2022, resvalou em maio para 3,94%. As apostas são de que, a partir de agosto, os juros básicos (Selic) começarão a deslizar.

O desemprego se mantém estável. A Bolsa de Valores, que em geral antecipa as coisas, acumula no ano alta de 8,66%.

É bom recomeço, embora nada ainda garanta a sustentabilidade de voo de cruzeiro. Há muita pedreira braba a enfrentar.

Apenas para resumir: a PEC do arcabouço fiscal ainda não passou no Senado e não está claro como o governo conseguirá, neste ano, o adicional de arrecadação de R\$ 120 bilhões para equilibrar as contas públicas. E vem pela frente uma batalha feroz para aprovar a **reforma tributária**.

Vento a favor são as excepcionais condições do Brasil de operar a transição dos combustíveis fósseis para os combustíveis limpos.

Esta será a porta de entrada para capitais externos dispostos a investir em hidrogênio verde e em biocombustíveis - desde que o governo não atrapalhe.

## Notícias Relacionadas:

O LIBERAL - BELÉM - PA  
Melhora o ambiente de negócios

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Sob risco de mudança, arcabouço será avaliado na terça pelo Senado

**FERNANDA TRISOTTO CAIO SPECHOTO**

O Senado vai avaliar o projeto do novo arcabouço fiscal na próxima terça-feira, disse o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Após reunião com lideranças do Senado e os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Simone Tebet (Planejamento) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais), Pacheco confirmou que o texto será analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na terça-feira e levado a plenário na sequência.

"Foi uma reunião produtiva, e esperamos que na próxima semana a CAE possa apreciar o projeto. Apreciado na comissão, vamos levar diretamente ao plenário para o Senado aprovar rapidamente", disse.

Questionado sobre mudanças no texto, o presidente do Senado lembrou que o relator, Omar Aziz (PSD-AM), está conversando diretamente com deputados, inclusive com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). "Ele vai apresentar o parecer e se, tiver algum tipo de modificação, retorna à Câmara.

Pode ser que não aconteça modificação também, mas vamos aguardar a apresentação." Aziz pretende apresentar três alterações à proposta aprovada na Câmara. É o caso da fórmula de cálculo dos repasses ao Fundo Constitucional do DF (que banca a segurança pública de Brasília e ações na educação e saúde da capital). O senador também pretende propor alterações no Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e no trecho que prevê aumento de gastos em 2024, via crédito suplementar a ser liberado apenas no início do ano - e calculada a partir da **inflação** fechada de 2023, e não até junho.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que foi ao Senado prestar esclarecimentos técnicos sobre eventuais mudanças que sejam feitas no texto e defendeu o diálogo com a Câmara para "evitar surpresas". "Viemos prestar esclarecimentos técnicos sobre a repercussão de cada mexida", disse. "Se porventura (o texto) voltar para a Câmara, queremos que isso seja visto como um gesto de aprimoramento."

**CELERIDADE.**

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que

o governo pediu aos senadores que o Congresso aprove a nova regra fiscal o mais rapidamente possível. Segundo ela, a aprovação é necessária para que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) avance.

A ministra mencionou a possibilidade de o dispositivo precisar ser debatido também no segundo semestre, e disse que a proposta de LDO poderá ser adequada à regra fiscal por uma mensagem modificativa do Planalto.

"O Ministério do Planejamento esclareceu para a classe política que, temporariamente, a ficar o IPCA (período de medição da **inflação**) da forma como veio da Câmara, nós precisaremos mandar na proposta de Orçamento uma compressão de espaço fiscal com despesas de R\$ 32 bilhões a R\$ 40 bilhões a depender dos cálculos que forem feitos", declarou a ministra.

"Viemos prestar esclarecimentos técnicos sobre a repercussão de cada mexida. Se porventura (o texto) voltar para a Câmara, queremos que isso seja visto como um gesto de aprimoramento" Fernando Haddad Ministro da Fazenda

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Queda de 1,6% no setor de serviços não deve comprometer alta do PIB

**DANIELA AMORIM RIO**

O volume de serviços prestados no País encolheu 1,6% na passagem de março para abril, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgados ontem pelo IBGE. Além de disseminada entre as atividades e locais pesquisados, a queda foi a mais intensa para o mês desde 2020, quando houve retração de 10,9%, em meio à pandemia.

Em abril, o volume de serviços prestados no País estava 2,9% abaixo do ápice alcançado em dezembro de 2022.

Após atingir patamar recorde no fim do ano passado, o setor de serviços registrou duas taxas negativas e duas positivas em 2023: janeiro (-3,4%), fevereiro (0,8%), março (1,4%) e abril (-1,6%).

Após a contração, o economista-chefe da consultoria MB Associados, Sergio Vale, não descarta variação negativa para o Produto Interno Bruto (**PIB**) do segundo trimestre, uma vez que "a base de comparação com o primeiro trimestre está alta".

"Mas mesmo um resultado negativo no segundo trimestre não deve alterar o "piso" do crescimento para o **PIB** no ano, de pelo menos 2%", contemporizou Vale. "Estamos vendo o esperado, com o agro forte e a indústria e os serviços patinando", completou.

O recuo no volume de serviços prestados no País em abril ante março chama atenção por sua disseminação setorial e territorial, mas não significa reversão da trajetória de crescimento, mas sim uma perda de fôlego diante de uma base de comparação elevada, avaliou Rodrigo Lobo, gerente da pesquisa do IBGE.

"É inegável que ele (o recuo em abril) chame atenção, nem tanto pela magnitude, mas pelo espalhamento, seja por quatro dos cinco setores mostrando queda, seja pelo espalhamento também em termos regionais.

Mas, como os serviços estão operando muito perto do seu ponto mais alto, o resultado isolado de abril não reverte trajetória", disse Rodrigo Lobo.

**EXCEÇÃO.**

A única expansão em abril ante março ocorreu nos

serviços prestados às famílias (1,2%). Houve perdas nas demais quatro atividades investigadas, com destaque para o setor de transportes (-4,4%), que devolveu parte do ganho de 7,5% acumulado em fevereiro e março. Os demais recuos ocorreram nos serviços de informação e comunicação (-1%), profissionais, administrativos e complementares (-0,6%) e outros serviços (-1,1%).

O volume de serviços recuou em 26 das 27 unidades da federação em abril ante março, tendo como impactos mais importantes as perdas de São Paulo (-1,5%) e Rio de Janeiro (-5,5%), seguidas por Santa Catarina (-3,5%), Goiás (-5,6%) e Mato Grosso (-4,2%). O Ceará (1%) teve o único resultado positivo do mês.

Em baixa

4,4% Foi a queda registrada pelo segmento de transporte, de acordo com a pesquisa do IBGE

1,0% Foi o recuo em serviços de informação e comunicação

5,5% Foi a retração do setor no Rio, ante 1,5% em São Paulo e 3,5% em Santa Catarina

I COLABOROU DANIEL TOZZI MENDES

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# Revisão da nota de crédito do Brasil emite sinal positivo (Editorial)

A decisão da agência S P de elevar a perspectiva da nota de crédito do Brasil de "estável" para "positiva" fez integrantes do governo sonhar com a recuperação do selo de bom pagador, o grau de investimento, perdido pelo Brasil em 2015. Mas governo e Congresso têm de entender os motivos da alteração, que manteve a nota dos papéis brasileiros, ainda classificados no risco especulativo.

Como as demais agências de avaliação de crédito, a S P fornece análises para ajudar investidores e instituições financeiras internacionais a atribuir preço a diferentes ativos.

As taxas de juros cobradas de governos e empresas pelos investidores são influenciadas pelas notas de cada país. A influência das agências é tamanha que fundos de pensão de economias ricas são obrigados a aplicar recursos somente em papéis com grau de investimento.

Por tudo isso, é relevante a melhora da perspectiva do conceito brasileiro. A S P diz que as reformas de modernização da economia realizadas desde 2016 ajudam a explicar por que o crescimento tem sido melhor que o esperado, apesar de inferior ao de outros países emergentes. Entre os avanços citados estão a reforma trabalhista, a independência do Banco Central (BC) e a reforma previdenciária.

Outras forças são anteriores. O Brasil tem há anos uma posição externa forte, taxa de câmbio flexível, um BC com metas de **inflação** e dívida denominada predominantemente em moeda local.

Olhando para a frente, a S P vê como positivo o Projeto do novo marco fiscal, aprovado na Câmara dos Deputados e agora sob exame do Senado. "Apesar do déficit fiscal ainda elevado, o crescimento contínuo do **PIB** combinado ao novo arcabouço para a política fiscal pode resultar num aumento da carga de dívida do governo menor que o esperado inicialmente", afirma nota da S P.

Parece claro que, para o Brasil reconquistar o grau de investimento, governo e Congresso deverão fazer cada um sua parte. Reverter reformas bem-sucedidas, como defendem setores da esquerda, seria um retrocesso. Continuar atacando a autonomia do BC, como faz repetidamente o presidente Luiz Inácio Lula

da Silva, é um desatino.

A ideia do senador Omar Aziz (PSD-AM), relator da proposta do arcabouço fiscal, de retirar do limite de gasto um fundo da educação e o que financia o governo do Distrito Federal representa outro retrocesso. Caso se confirme, piora as chances de sucesso da nova regra, que já não são altas, antes mesmo do lançamento. Não faz sentido ter uma regra de gasto cheia de exceções.

Um país não muda de repente no dia em que é classificado na categoria de grau de investimento de uma agência de avaliação de risco.

Os benefícios, na descrição do economista Alexandre Schwartzman, ex-diretor de Assuntos Internacionais do BC, são colhidos com uma série de pequenos e grandes avanços no caminho. Governo e Congresso precisam ter em mente que o objetivo de reconquistar uma nota positiva das agências é promover o crescimento econômico alicerçado em bases sólidas.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>



# Bancos centrais dão sinais de alívio na economia mundial (Artigo)

**PAULO GALA\*\* Economista-chefe do Banco Master de Investimento. Graduado em Economia pela FEA USP, Gala é mestre e doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, instituição em que leciona desde 2002 e na qual foi coordenador do Mestrado Profissional em Economia e Finanças, entre 2008 e 2010. Foi pesquisador visitante nas universidades de Cambridge (RU) e Columbia (NY) e atuou como economista-chefe, gestor de fundos e CEO em instituições do mercado financeiro em São Paulo.**

Em seu último **comunicado** após manter a taxa de juros em 13,75% ao ano, o BC brasileiro trouxe sinais, ainda que sutis, de uma possível distensão monetária no futuro. Passou a dar mais atenção à **inflação** de 2024, que, segundo seu modelo, estará **abaixo** da meta de **inflação** de 3% caso a Selic se mantenha no atual patamar até o próximo ano. Mencionou também que existe a possibilidade de alta de juros caso a **inflação** volte a subir, embora esse cenário pareça agora menos provável do que na última reunião.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, tem dito em suas intervenções públicas que o regime fiscal está no caminho certo e que já enxerga possibilidade de quedas da Selic no futuro. Nos últimos seis meses, a **inflação** brasileira veio abaixo das expectativas de mercado e, apesar de alguma rigidez ainda na **inflação** de serviços e núcleos, as perspectivas são de queda no índice.

As expectativas de **inflação** finalmente começaram a ceder. O petróleo, que já superou a barreira dos US\$ 130 durante a pandemia, voltou para a casa dos US\$ 70.0 minério de ferro teve forte queda, voltando para o patamar de US\$ 100. As commodities agro, com destaque para soja e outros grãos, também têm cedido.

Esse movimento trouxe deflação para os preços do atacado e os IGPs medidos pelo FGV mostram forte deflação no ano. Um enorme contraste se comparado com as altas acumuladas de quase 20% em janelas de 12 meses durante a pandemia. A Petrobras pode cortar ainda mais o preço de diesel e gasolina, contribuindo para nova queda da **inflação**. A taxa de câmbio abaixo dos R\$ 5 também tem efeito desinflacionária. O desemprego subiu acima de 8%, retirando pressão de reajustes salariais. Esse cenário aponta para uma provável queda da Taxa Selic no Brasil no segundo semestre.

Nos EUA, o Fed manteve o juro básico em 5,25%, mas mencionou possíveis duas novas altas ainda neste ano. Mudou a sinalização que vinha fazendo nas últimas reuniões. O **comunicado** disse que novas altas seriam possíveis caso a **inflação** não cedesse, mas que de agora em diante cada decisão será tomada na própria reunião. O mercado leu a comunicação do Fed como uma possível pausa com possíveis altas no futuro.

Presidente do Fed, Jerome Powell tem dito em suas intervenções públicas não enxergar cortes de juros adiante, mas o mercado discorda e acha que a fraqueza da economia e do sistema bancário poderá trazer reduções da taxa básica para a mesa. Apesar da tentativa do Fed de acalmar investidores em relação à solidez dos bancos americanos, fato é que três já quebraram - SVB, Signature Bank e First Republic -, e outros estão sofrendo saques e quedas nos preços de suas ações.

Os temores no setor bancário já provocam contração de crédito que deve desacelerar a atividade econômica nos EUA. Por outro lado, uma grande crise não parece estar no radar. O mercado de trabalho americano continua forte, tendo criado mais de 300 mil vagas em maio; o desemprego está na casa de 3,5%. Olhando adiante, o cenário mais provável parece otimista.

Uma queda de juros no Brasil e nos EUA, convergência da **inflação** e uma desaceleração de atividade econômica não chegam a resultar numa crise. Ao longo do tempo, os cortes de juros voltarão a provocar expansão e crescimento econômico já num ambiente de **inflação** mais bem comportada. Em seu último **comunicado** após manter a taxa de juros em 13,75% ao ano, o BC brasileiro trouxe sinais, ainda que sutis, de uma possível distensão monetária no futuro

Petróleo, que já superou a barreira dos US\$ 130 durante a pandemia, voltou para a casa dos US\$ 70

O minério de ferro teve forte queda, voltando para o patamar de US\$100

Esse movimento trouxe deflação para os preços do atacado, e os IGPs medidos pela FGV mostram queda

no ano

Desemprego subiu novamente acima de 8%, retirando pressão de reajustes salariais

Esse cenário aponta para uma provável queda da Taxa Selic no Brasil no segundo semestre

\* Economista-chefe do Banco Master de Investimento. Graduado em Economia pela FEA USP, Gala é mestre e doutor em Economia pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo, instituição em que leciona desde 2002 e na qual foi coordenador do Mestrado Profissional em Economia e Finanças, entre 2008 e 2010. Foi pesquisador visitante nas universidades de Cambridge (RU) e Columbia (NY) e atuou como economista-chefe, gestor de fundos e CEO em instituições do mercado financeiro em São Paulo.

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ECONÔMICO - SP  
Bancos centrais dão sinais de alívio na economia mundial

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>